



Ementas

1º Semestre de 2025



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor(a) Responsável:	Álvaro Luiz Travassos de Azevedo Gonzaga
Disciplina:	Filosofia do Direito I - Por uma Filosofia do Direito Antidiscriminatório em uma Teoria Decolonial da Justiça
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2025
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A disciplina Filosofia do Direito I - Por uma Filosofia do Direito Antidiscriminatório em uma Teoria Decolonial da Justiça., consiste em investigar o debate de lutas por questões estruturais, fundantes, elementares, necessárias e constantes. Os estudos apontam para o direcionamento de convergência no núcleo de temas que buscam reconhecer a existência de uma estrutura construída a partir de racismos contra indígenas, negros, povos e comunidades tradicionais, de discriminações contra as pessoas em situação de rua, pessoas com deficiência, pessoas LGBTQIA+, imigrantes e refugiadas. Trata-se de investigar as formas pelas quais os mais diversos privilégios daqueles beneficiados por essa construção social em todas as instâncias dessa sociedade acontecem. Em uma proposta não eurocêntrica de aprendermos com aqueles que nos antecederam, para decolonizarmos os corpos que foram sistematicamente excluídos, que investigaremos elementos de críticas jurídicas e sociais. E assim propõem-se estudos Decolonizadores no campo do Direito a fim de entendermos as múltiplas identidades nacionais e a compreensão de como o sistema jurídico passa, nos últimos tempos, por atos normatizados que consistem em revogações ou denúncia de normas protetivas de populações vulneráveis com o fito etnocida ou com intuito de minorar garantias estatuídas pela norma revogada.

Bibliografia Básica:

BENTO, Cida. O pacto da branquitude. Companhia das Letras, São Paulo, 2022

BUTLER, Judith. Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade. Trad.: Renato Aguiar. 22ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

PUC-SP

CAMPILONGO, Celso Fernandes, GONZAGA, Alvaro de Azevedo e FREIRE André Luiz (coords.). Enciclopédia jurídica da PUC-SP. Tomo: Teoria Geral e Filosofia do Direito. Celso Fernandes Campilongo, Alvaro de Azevedo Gonzaga, André Luiz Freire (coord. de tomo). 1. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br>

CARNEIRO, Sueli. Racismo Sexismo e desigualdade no Brasil. Selo negro edições. São Paulo, 2011.

CARVALHO, Matheus. Privilégios brancos no mercado de trabalho: Diversidade, raça e racismo entre profissionais no Brasil contemporâneo. São Paulo, Matrioska, 2021.

CHARLEAUX, João Paulo. Ser estrangeiro: migração, asilo e refúgio ao longo da história. São Paulo, Claro Enigma, 2022.

COLLINS, Patricia Hill, Bilge, SIRMA, Souza, Rane, Bueno, Winnie. Interseccionalidade Trad. De Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.

COLLINS, Patricia Hill. Feminista pensamento negro. São Paulo: Boitempo, 2020.

DAVIS, Ângela. Mulheres, raça e classe. Boitempo, São Paulo, 2016

FERRAZ JUNIOR, Tercio Sampaio, BORGES, Guilherme Roman. A Superação do Direito Como Norma: uma Revisão Descolonial da Teoria do Direito Brasileiro. Almedina, 2020.

FRASER, Nancy. Feminismo para os 99%. Um Manifesto. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

GALIB, Carolina Piccolotto. Imigrantes e refugiados. São Paulo, Matrioska, 2021.

GONZAGA, Alvaro de Azevedo Decolonialismo Indígena, São Paulo, Matrioska, 3ª ed. 2023.

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. Companhia das Letras. São Paulo, 2020.

LANCELLOTTI, Júlio. Tinha uma pedra no meio do caminho. São Paulo, Matrioska, 2021.

PIMENTEL, Silvia e BIANCHINI, Alice. Feminismo(s). São Paulo, Matrioska, 2021.

SEGALLA, Juliana Izar Soares da Fonseca. Inclusão não é favor nem bondade. São Paulo, Matrioska, 2021.

SERRANO, Mariana e CLARO, Amanda. Vidas LGBTQIA+: Reflexões para não sermos idiotas. São Paulo, Matrioska, 2021.

SPIVAK Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno Falar? Editora UFMG, Belo Horizonte, 2018.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor(a) Responsável:	Álvaro Luiz Travassos de Azevedo Gonzaga
Disciplina:	Ordenamento Jurídico e Sistema - Dos Clássicos aos Sistemas Contemporâneos
Núcleo de Pesquisa:	Obrigatória para todos os alunos do Doutorado em Direito
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	18h00 às 23h00
Semestre:	1º/2025
Crédito correspondente:	05
Carga Horária:	450 horas
Nível:	Doutorado

Ementa:

A disciplina ORDENAMENTO JURÍDICO E SISTEMA visa apresentar algumas das principais teorias sobre o que seja o Direito como sistema de normas, logicamente estruturadas num todo coerente que é o ordenamento jurídico. O método didático será o de aulas expositivas e debates em seminários, desde o conceito devido a Santi Romano, criador do neologismo "ordinamento giuridico" até a mais recente visão de Norberto Bobbio, adotando a construção escalonada das normas concebida por Hans Kelsen, até chegar à ideia de Direito como "sistema de generalização congruente das expectativas comportamentais" na obra de Niklas Luhmann. De tais teorias sobre o fenômeno jurídico como sistema decorrem inúmeras questões a serem analisadas, como o aprofundamento do conceito do que é sistema nas várias épocas da História do Direito, desde os autores jusnaturalistas do século 17 e 18, como Christian Wolff, Samuel Pufendorf e Christian Thomaius, passando pelos historicistas do século 19, como Friedrich Carl von Savigny e pelos Pandectistas como Bernhard Windscheid, até chegar à ideia de Direito como sistema, com base na Sociologia de Talcott Parsons e ao desafio da globalização, levando o Direito a se aproximar da Teoria da Comunicação, como sugere a recente pesquisa de Thomas Vesting.

Bibliografia Basica:

BOBBIO, Norberto. Teoria Geral do Direito. Tradução de Denise Agostinetti. São Paulo, Editora Martins Fontes, 3ª edição, 2010.

CAMPILONGO, Celso Fernandes, GONZAGA, Alvaro de Azevedo e FREIRE André Luiz (coords.). Enciclopédia jurídica da PUC-SP. Tomo: Teoria Geral e Filosofia do Direito. Celso Fernandes Campilongo, Alvaro de Azevedo Gonzaga, André Luiz Freire (coord. de tomo). 1. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br>



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo **PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

GOYARD-FABRE, Simone. Os Fundamentos da Ordem Jurídica. Tradução de Cláudia Berliner. São Paulo, Editora Martins Fontes, 1ª edição, 2002.

LUHMANN, Niklas. O Direito da Sociedade. Tradução de Saulo Krieger. São Paulo, Editora Martins Fontes, 2016.

RAZ, Joseph. O Conceito de Sistema Jurídico: uma Introdução à Teoria dos Sistemas Jurídicos. Tradução de Maria Cecília Almeida. São Paulo, Editora Martins Fontes, 1ª edição 2012, 2ª tiragem 2018.

Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?

Apenas para os alunos do Doutorado em Direito.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor(a) Responsável:	André Luiz Freire
Disciplina:	Filosofia do Direito II - Tomada de decisão e normas jurídicas
Núcleo de Pesquisa:	Filosofia do Direito
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2025
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Estamos muito acostumados a discutir a teoria da norma jurídica sob a perspectiva sintática: analisamos as normas quanto à sua estrutura sintática (hipótese e consequência), bem como sua posição como elemento de um sistema jurídico. Trabalhos como o de Hans Kelsen, Norberto Bobbio e Lourival Vilanova são conhecidos por esse enfoque. Contudo, por vezes, esquecemos que a norma jurídica é uma das razões que nos levam a tomar decisões no âmbito do direito. Nesta disciplina, nosso objetivo é olhar a tomada de decisão e o papel que as normas possuem nesse processo. Para isso, estudaremos duas obras importantes da teoria do direito contemporânea: *Practical reason and norms*, de Joseph Raz, e *Playing by the rules: a philosophical examination of rule-based decision-making in law and in life*, de Frederick Schauer.

Bibliografia Básica:

CAMPILONGO, Celso; GONZAGA, Alvaro de Azevedo; FREIRE, André Luiz. Enciclopédia jurídica da PUCSP. Disponível em: <<https://enciclopediajuridica.pucsp.br/>>.

RAZ, Joseph. *Practical reason and norms*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

_____. *Razão prática e normas*. Apres. Cláudio Michelon. São Paulo: Campus, 2009.

SCHAUER, Frederick. *Playing by the rules: a philosophical examination of rule-based decision-making in law and in life*. Oxford: Clarendon Press, 1991.

_____. *Las reglas em juego: un examen filosófico de la toma de decisiones basada em reglas em el derecho y em la vida cotidiana*. Trad. Claudina Orunesu e Jorge L. Rodriguez. Madrid: Marcial Pons, 2004.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor(a) Responsável:	Antônio Carlos da Ponte
Disciplina:	Mandados de Criminalização e Novas Formas de Criminalidade
Núcleo de Pesquisa:	Direito Penal
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	1º/2025
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O curso tem como finalidade desenvolver o estudo crítico da Ciência Penal e seu papel em um Estado Social e Democrático de Direito, partindo da premissa que o Direito Penal deve ter fundamentação constitucional e observar a uma pauta mínima de Direitos Humanos. Dentro desse contexto procura discutir alternativas para o enfrentamento à criminalidade sem rosto e às novas formas de criminalidade. Abordará os seguintes temas: Princípios constitucionais penais; Mandados de criminalização; Bem jurídico-penal difuso ou coletivo; Criminalidade sem rosto; Crimes praticados por robôs; Crimes de ódio; Pessoa jurídica criminosa; Crimes decorrentes do preconceito de raça, cor, etnia, religião e origem; Tutela penal da imigração; e Crimes previstos na Lei Brasileira de Inclusão.

Bibliografia Básica:

- FELDENS, Luciano. A Constituição Penal - A dupla face da proporcionalidade no controle de normas penais. Porto Alegre, Livraria do Advogado, 2005.
- HASSEMER, Winfried. Direito Penal Libertário. Trad. Regina Greve. Belo Horizonte, Del Rey, 2007.
- MARTÍNES, Rosario de Vicente. El discurso del odio. Valencia, Tirant lo blanc, 2018.
- PONTE, Antonio Carlos da. Crimes Eleitorais. 2ª ed. São Paulo, Saraiva, 2016.
- SILVESTRONI, Mariano H. Teoría Constitucional del delito. Buenos Aires, Editores Del Puerto, 2004.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor(a) Responsável: Arlete Inês Aurelli

Professores Convidados: Olavo de Oliveira Neto, Anselmo Prieto Alvarez, Sergio Seiji Shimura e João Batista Lopes

Disciplina: Aspectos Contemporâneos da Tutela Provisória

Núcleo de Pesquisa: Direito Processual Civil

Dia da semana: 5ª feira

Horário: 08h00 às 12h00

Semestre: 1º/2025

Créditos correspondentes: 04

Carga horária: 360 horas

Nível: Mestrado

Ementa:

O Código de Processo Civil prevê a existência de uma parte geral e de uma parte especial, sendo aquela destinada ao tratamento das estruturas básicas do processo, aplicáveis a todas as suas espécies. Inúmeras são as alterações existentes em cada instituto, procurando a legislação traçar perfis adequados à atual realidade social. Mesmo uma análise perfunctória dos textos já permite ao interprete perceber que nossa atual legislação, a partir da sua entrada em vigor, promoveu um aggiornamento dos institutos processuais, concebidos e estudados sob a óptica da fase autonomista do direito processual civil, trazendo-os para uma realidade aderente a hodierna ideologia do processo, na qual se busca prestar uma tutela perfeitamente aderente ao direito material. Tal dinâmica deverá ser constatada a partir de um aprofundado estudo da doutrina nacional, bem como do cotejo da nossa legislação com sistemas de outros países, tudo com o desiderato de compreender adequadamente os "novos institutos". Diante de tal contexto, a disciplina pretende realizar um estudo comparativo entre o antigo e o novo perfil da tutela provisória, seja no que toca a sua concessão, seja no que toca a sua efetivação.

Bibliografia Básica:

ARRUDA ALVIM, Teresa et all (coord.). Comentários ao Código de Processo Civil. São Paulo: RT.

AURELLI, Arlete Inês. Liminares nos procedimentos especiais e o novo código de processo civil. RBDPRO, vol. 105, p. 39-62.

BUENO, Cássio Scarpinella et all (coord.). Comentários ao Código de Processo Civil. São Paulo: Saraiva.

LOPES, João Batista. Tutela provisória. São Paulo: Brasília: Gazeta



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo **PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

Jurídica, 2018.

OLIVEIRA NETO, Olavo de, OLIVEIRA, Patrícia Elias Cozzolino de. Tutela provisória. São João da Boa Vista: Editora Filomática Sorocabana, 2021.

OLIVEIRA NETO, Olavo de. Poder geral de coerção. São Paulo: RT, 2019.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor(a) Responsável:	Carla Teresa Martins Romar
Disciplina:	Direito Processual do Trabalho na perspectiva da efetividade dos Direitos Fundamentais dos Trabalhadores
Núcleo de Pesquisa:	Direito do Trabalho
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2025
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A busca do equilíbrio entre a celeridade, a efetividade do processo e a segurança jurídica é a tônica que vem pautando o estudo do Direito Processual do Trabalho nos últimos tempos, desde o início de vigência do Código de Processo Civil de 2015. Com as modificações trazidas pela Lei n. 13.467/2017 ("Reforma Trabalhista") as discussões se aprofundaram e a necessidade de um estudo teórico aprofundado dos institutos processuais e das normas jurídicas aplicáveis, aliado a uma análise minuciosa e cuidadosa do entendimento dos Tribunais trabalhistas acerca de todo esse panorama é essencial. As análises e discussões acadêmicas aprofundadas visam contribuir com a fixação de parâmetros para as questões envolvidas e com a evolução do estudo do Direito Processual do Trabalho. A disciplina ora oferecida visa desenvolver nos alunos um pensamento crítico e científico sobre os temas abordados.

Bibliografia Básica:

BEZERRA LEITE, Carlos Henrique. Curso de direito processual do trabalho. São Paulo: Saraiva Jur.

DIDIER JR. Fredie, CUNHA, Leonardo Carneiro. Curso de direito processual civil. Salvador: JusPodivm.

MARINONI, Luiz Guilherme, ARENHART, Sérgio Cruz e MITIDIERO, Daniel. Curso de processo civil. São Paulo: RT.

NERY JUNIOR, Nelson e NERY, Rosa Maria de Andrade. Código de Processo Civil Comentado. São Paulo: RT.

ROMAR, Carla Teresa Martins. Direito processual do trabalho. São Paulo: Saraiva Jur.

SILVA, Homero Batista Mateus da. Curso de direito do trabalho aplicado - vol. 9 - Processo do trabalho. São Paulo: RT.

_____. Comentários à reforma trabalhista. São Paulo: RT.

THEODORO JUNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil. São Paulo: GEN.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor(a) Responsável:	Carolina Alves de Souza Lima
Disciplina:	Vitimologia e a Proteção dos Direitos dos Vulneráveis, Marginalizados, Excluídos e Subalternizados
Núcleo de Pesquisa:	Optativa
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	1º/2025
Crédito correspondente:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O curso destina-se ao estudo aprofundado e interdisciplinar da vitimologia e sua relação com os direitos humanos, a cidadania e a dignidade da pessoa humana. Para a abordagem dos temas, contaremos com sólida bibliografia de autores das diversas áreas do conhecimento, em especial, da Vitimologia, da Filosofia, do Direito, da Bioética, da Sociologia, da Psicologia e da História. Abordaremos a perspectiva da Vitimologia desde seu enfoque inicial até seus aspectos atuais, com destaque a temas como refúgio e migração, encarceramento em massa, vítimas de crimes, as várias formas de violência presentes na contemporaneidade, pessoas em situação de rua, morte digna, os direitos dos povos indígenas; os desafios na proteção dos direitos da criança e do adolescente; a cultura da violência versus a cultura da paz; o direito à paz e ao desenvolvimento, o multiculturalismo, dentre outros temas. Nesse sentido, o curso busca proporcionar ao aluno (a) do Mestrado o estudo, a análise e a reflexão crítica dos vários temas da vitimologia tanto no âmbito nacional quanto internacional.

Bibliografia Básica:

KOSOVSKI, Ester; PIEDADE JUNIOR, Heitor. Vitimologia na Contemporaneidade. Rio de Janeiro: Letra Capital. 2011.

KOSOVSKI, Ester. Vitimologia e Direitos Humanos: Uma Boa Parceria.

LIMA, Carolina Alves de Souza. Cidadania, Direitos Humanos e Educação: Avanços, Retrocessos e Perspectivas para o Século 21. 1. ed. São Paulo: Almedina, 2019.



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo **PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

DUEK MARQUES, Oswaldo Henrique. Contribuições para a Compreensão do Nazismo: a Psicanálise e Erich Fromm. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

PINSKY, Jaime e Pinsky, Carla Bassanezi. História da Cidadania. Org: Jaime Pinsky e Carla Bassanezi Pinsky. São Paulo: Contexto, 2003.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor(a) Responsável:	Cassio Scarpinella Bueno
Professores Convidados:	Eduardo Pellegrini de Arruda Alvim, Teresa Celina Arruda Alvim e William Santos Ferreira
Disciplina:	Meios de Impugnação das Decisões Judiciais
Núcleo de Pesquisa:	Direito Processual Civil
Dia da semana:	5ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2025
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O sistema recursal e as ações impugnativas autônomas sofreram significativas modificações com o advento do CPC de 2015, interessantes e pragmaticamente elogiáveis. O objetivo desta disciplina é o de abordar essas alterações, elementos de direito comparado que as teriam inspirado, e a jurisprudência nacional que já se produziu nestes quase dez anos.

Bibliografia Básica:

ARRUDA ALVIM, Teresa. Os agravos no CPC de 2015. 5. ed. Curitiba: Editora Direito Contemporâneo, 2021.

ARRUDA ALVIM, Teresa; DANTAS, Bruno. Precedentes, recurso especial e recurso extraordinário. 7. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2023.

FERREIRA, William Santos. In: SCARPINELLA BUENO, Cassio (Coord.). Comentários ao Código de Processo Civil. v. 4 (Apelação e Agravo de Instrumento). São Paulo: Saraiva, 2017.

MARQUES, Mauro Campbell; ARRUDA ALVIM, Eduardo; NEVES, Guilherme Pimenta da Veiga; TESOLIN, Fabiano. Recurso especial. 2. ed. Curitiba: Editora Direito Contemporâneo, 2023.

SCARPINELLA BUENO, Cassio. Curso sistematizado de direito processual civil, vols. 1 a 3. 13 e 12 edições. São Paulo: Saraiva, 2024.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor(a) Responsável:	Celso Fernandes Campilongo
Disciplina:	Teoria Geral do Direito - Teoria do Direito e Sociologia da Constituição. Conceito jurídico e conceito sociológico de Constituição
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	Sábado
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	1º/2025
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Apresentação de propostas teóricas de análise sociológica das Constituições na literatura contemporânea. Em que condições históricas surge o constitucionalismo moderno? Qual a função social das Constituições? Como pensar uma sociologia do constitucionalismo brasileiro? Leituras com suporte na Teoria dos Sistemas, especialmente nos trabalhos de Niklas Luhmann, Gunther Teubner, Alberto Febbrajo e Raffaele De Giorgi sobre Teoria do Direito e Sociologia da Constituição.

Bibliografia Básica:

- Alberto Febbrajo e Giancarlo Corsi. *Sociology of Constitutions*. London, Routledge, 2016;
- Alberto Febbrajo, *Sociologia do Constitucionalismo*. Curitiba, Juruá, 2017;
- Chris Thornhill, *A Sociology of Constitutions*. London, Cambridge, 2010;
- Raffaele De Giorgi, *Ciência do Direito e Legitimação*. Curitiba, Juruá, 2017;
- Niklas Luhmann, *O Direito de Sociedade*. São Paulo, Martins Fontes, 2016.
- Niklas Luhmann, *Los derechos fundamentales como institución*. Mexico, Universidad Iberoamericana, 2010.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor(a) Responsável:	Clarice Von Oertzen de Araújo
Disciplina:	Filosofia do Direito I - Direito e Pragmatismo
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	5ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2025
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

- A disciplina foi atualizada e está de acordo com a Resolução nº 423 do Conselho Nacional de Justiça, emitida em 05/10/2021.
- Apresentação das características gerais do pragmatismo jurídico: o antifundacionalismo, o consequencialismo, o contextualismo, a instrumentalidade e a interdisciplinaridade nos processos de concretização do Direito;
- Examinar as posições do pragmatismo jurídico na comparação com o Racionalismo, o Empirismo, e o Utilitarismo.
- Exibir a posição do pragmatismo legal acerca da percepção da Justiça, sobretudo na observância aos precedentes judiciais, a estabilidade da jurisprudência e a segurança jurídica.
- Explicar o diálogo entre Pragmatismo Jurídico e Análise Econômica do Direito
- No Processo Cognitivo de Decisão esclarecer os ganhos que o silogismo abduativo é capaz de trazer para o raciocínio jurídico e para a aplicação da lei aos casos concretos, a fim de fornecer:
 - a) qualificação de fatos relevantes;
 - b) construção de fatos jurídicos e implicações probatórias;
 - c) identificação dos princípios jurídicos relevantes;
 - d) formulação da melhor hipótese para a consecução de uma finalidade pretendida.

Bibliografia Básica:

DEWEY, John. Logical Method and Law. The Philosophical Review, vol. 33, nº 6 (Nov., 1924), pp. 560-572.

CAMARGO, Margarida Maria Lacombe. O pragmatismo no Supremo Tribunal Federal Brasileiro. In BINENBOJM, Gustavo; NETO, Claudio Pereira de Souza; SARNENTO, Daniel. Vinte anos da Constituição Federal de 1988. Rio de Janeiro, Ed. Lumen Juris 2009.



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo **PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

NÓBREGA, Flavianne Fernanda Bitencourt. Um método para a investigação das consequências: a lógica pragmática da abdução de C. S. Peirce aplicada ao Direito. João Pessoa, Ideia, 2013. [L]
[SEP]

PEIRCE, Charles Sanders. Semiótica e filosofia: textos escolhidos de Charles Sanders Peirce. São Paulo, Ed. Cultrix, 1972.

POGREBINSCHI, Thamy. Pragmatismo: teoria social e política. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2005.

REGO, George Browne. O pragmatismo como alternativa à legalidade positivista: o método jurídico-pragmático de Benjamin Natham Cardozo. In Revista Duc In Altum - Caderno de Direito, vol. 1, n° 1, jan/dez de 2009.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor(a) Responsável:	Cláudio de Cicco
Disciplina:	Filosofia do Direito I - As Escolas de Filosofia de Direito numa Perspectiva Histórica
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	1º/2025
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A disciplina mostrará o conceito de filosofia e suas divisões. Em seguida focará na definição de direito e de filosofia do direito. Preocupando-se com a eficácia do direito na sociedade, analisará a implicação entre momento histórico, do ponto de vista político, econômico e cultural, mostrando o perigo das posições reducionistas do direito às normas em abstrato, fora do contexto histórico-social. Discutirá autores que mostram as três dimensões do direito (fática, axiológica e normativa), preferindo uma visão histórico-dialética de implicação e polaridade. Na exposição de obras significativas de vários autores, de diferentes posições filosóficas, que serão debatidos em aulas de Seminários, os alunos terão uma visão panorâmica das principais Escolas de Filosofia do Direito.

Bibliografia Básica:

- BOBBIO, Norberto. Jusnaturalismo e Positivismo Jurídico. Tradução de Jaime A. Clasen. São Paulo, Editora UNESP, 2016.
- DE CICCO, Cláudio. História do Direito e do Pensamento Jurídico. São Paulo, Editora Saraiva Educação, 9ª edição, 2023.
- GOYARD-FABRE, Simone. Os Fundamentos da Ordem Jurídica. Tradução de Cláudia Berliner. São Paulo, Editora Martins Fontes, 2002.
- MAFFETTONE, Sebastiano (org.). A Ideia de Justiça de Platão a Rawls. Tradução de Karina Jannini. São Paulo, Editora Martins Fontes, 2005.
- REALE, Miguel. Filosofia do Direito. São Paulo, Editora Saraiva, 20ª edição, 2002. 9ª tiragem, 2011.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor(a) Responsável:	Cláudio Finkelstein
Disciplina:	Arbitragem
Núcleo de Pesquisa:	Direito das Relações Econômicas Internacionais
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2025
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Busca expandir a compreensão da arbitragem nas comunidades acadêmica e profissional, bem como apresentar a profissionais e estudantes do Direito nacional as novas técnicas de solução de controvérsias.

Bibliografia Básica:

BERALDO, Leonardo de Faria. Curso de Arbitragem - Nos Termos da Lei 9.307/96. São Paulo: Atlas, 2014.

CAHALI, José. Curso de Arbitragem, 5 eds., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

DELUIGGI, Marco - O conflito de culturas na produção de provas em Arbitragens Internacionais. In. FINKELSTEIN, Claudio; CASADO FILHO, Napoleão; VITA, Jonathan- Arbitragem Internacional, CISG e Direito Brasileiro. Quartier Latin, São Paulo, 2010.

FINKELSTEIN, Claudio - Arbitragem Internacional e Legislação Aplicável In. FINKELSTEIN, Claudio; CASADO FILHO, Napoleão; VITA, Jonathan - Arbitragem Internacional, CISG e Direito Brasileiro. Quartier Latin, São Paulo, 2010.

PAULSSON, Jan, The Idea of Arbitration - Oxford U. P., 2013.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor (a) Responsável:	Cláudio José Langroiva Pereira
Professor (a) Convidado (a):	Fabián Luis Riquert - Catedrático de Prática Processual Penal da Universidade Atlântida Argentina, Professor de Direito Constitucional da Universidade Nacional de Mar del Plata
Disciplina:	Sistema Interamericano de Proteção de Direitos Humanos: Garantias Judiciais e Sistema Jurídico Penal Brasileiro
Núcleo de Pesquisa:	Optativa
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	1º/2025
Crédito correspondente:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

1. Direitos e Garantias Fundamentais: a recepção das normas internacionais de direitos humanos no ordenamento interno e a hierarquia dos tratados de direitos humanos.
2. A dignidade humana como parâmetro de interpretação jurídica e a prevalência da interpretação pro homine. Os princípios orientadores de um devido processo legal democrático.
3. Políticas Públicas em direito: entre o doméstico e o internacional. Políticas Públicas e Cooperação Internacional Iberoamericana.
4. Guerra Jurídica como questão político estratégica. A identificação de Charles Dunlap, em face das estratégias jurídicas de defesa de direitos humanos. Identificação histórica do fenômeno a partir das experiências jurídicas no nacional socialismo da Alemanha. Relação entre processo penal e os objetivos da lawfare.
5. O Sistema Interamericano de Proteção de Direitos Humanos: a OEA, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a Corte Interamericana de Direitos Humanos. Mecanismos de implementação das Recomendações da Comissão IDH nos Estados signatários com base nas diretrizes da Convenção Americana sobre Direitos Humanos
6. CIDH: A jurisprudência doméstica, estrangeira e da Corte Interamericana de Direitos Humanos. A interpretação da Convenção Americana de Direitos Humanos à luz da jurisprudência da CIDH.
7. Sistema Jurídico Penal brasileiro e o artigo 7 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos: a liberdade pessoal como bem maior e os direitos e garantias envolvidos na prisão.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

PUC-SP

8. As garantias judiciais na Convenção ADH e as garantias processuais na CF/88: o Processo Penal como um instrumento de proteção de direitos e garantias fundamentais.

9. O Sistema Interamericano de Proteção de Direitos Humanos e sua relação com o Brasil. A incorporação do processo penal brasileiro ao bloco de constitucionalidade a partir do corpus iuris interamericano.

10. O devido processo legal constitucional e convencional. Controle de convencionalidade e controle de constitucionalidade, a partir da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

11. O lugar da presunção de inocência no devido processo legal e os objetivos da Prisão Cautelar. A audiência de custódia: a impugnação da prisão preventiva x busca da eliminação da presunção de inocência.

12. O direito à liberdade e à segurança pessoais no Brasil e a Convenção ADH: sobre o tratamento humano a pessoas privadas de liberdade. O estado de coisas inconstitucional do sistema penitenciário e a execução de penas.

13. A influência dos processos internacionais de integração e as medidas de proteção individual do cidadão: dignidade, nacionalidade, cidadania adquirida, imigração.

14. Terrorismo e políticas públicas. Os estados nacionais e a regulação pelo direito doméstico diante dos novos (e velhos) riscos. Os standards internacionais e regulação doméstica em matéria de terrorismo.

15. Direitos e Garantias fundamentais e convencionais: integrando constituições, legislações, tratados internacionais e jurisprudência. A devida harmonização entre o doméstico e o internacional (Sistemas Global e Interamericano de Proteção de DDHH). Soft Law e Políticas Públicas.

Bibliografia Básica:

PEREIRA, Claudio José Langroiva. Por um Processo Penal Convencional brasileiro - uma proposta à luz da Convenção Americana sobre Direitos Humanos com base na Recomendação do Conselho Nacional de Justiça nº 123, de 7 de janeiro de 2022. 2024. 549 f. Tese (Livre Docência em Direito Processual Penal) - Faculdade de Direito, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2024.

_____. RIQUERT, Fábian Luis; CONCI, Luiz Guilherme Arcaro (coord.). Impacto da Jurisprudência Interamericana nas Garantias Processuais, São Paulo: Editora Quartier Latin, 2020.

SILVA, Marco Antonio Marques da. & Miranda, Jorge (coordenação). Tratado Luso-Brasileiro da Dignidade Humana, Lisboa/São Paulo: Editora Almedina / Quartier Latin, 2ª edição, 2009.

CONCI, Luiz Arcaro; MEZZETTI, Luca (coord.). Diálogo entre cortes. Bogota: Universidad Externado de Colombia, 2017.

FIGUEIREDO, Marcelo. (Org.); ARCARO CONCI, Luiz Guilherme (Org.); Constitucionalismo multinível e pluralismo jurídico. 1. ed. São Paulo: Editora Lumen Juris, 2017.



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo **PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

SILVA, Marco Antonio Marques da. & Miranda, Jorge (coordenação).
Tratado Luso-Brasileiro da Dignidade Humana, Lisboa/São Paulo:
Editora Almedina / Quartier Latin, 2^a edição, 2009.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor(a) Responsável:	Consuelo Yatsuda Moromizato Yoshida
Disciplina:	Tutelas Material e Processual dos Direitos Fundamentais Difusos, Coletivos e Individuais: Conflituosidade, Litigiosidade e Sustentabilidade
Núcleo de Pesquisa:	Direitos Difusos e Coletivos
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	1º/2025
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Estudo da Teoria Geral dos Direitos Humanos, com destaque ao estudo dos direitos humanos no contexto internacional e dos direitos fundamentais difusos, coletivos e individuais no direito brasileiro, os desafios da sustentabilidade, a conflituosidade e a litigiosidade existentes. Apresenta importantes apontamentos aos principais aspectos da história dos Direitos Humanos e os desafios contemporâneos quanto à sua proteção. Estudo também do sistema de proteção dos direitos humanos, com destaque aos principais tratados e declarações, como a Carta das Nações Unidas de 1945, a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, a Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio, a Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes e a Convenção sobre os Direitos da Criança.

Bibliografia Básica:

- BONAVIDES, Paulo. Direito constitucional. São Paulo: Malheiros.
- GRINOVER, Ada Pelegrini et alii. Código Brasileiro de Defesa do Consumidor comentado pelos autores do anteprojeto. Rio de Janeiro: Forense, vol. II, Processo Coletivo (arts. 81 a 104 e 109 a 119).
- NERY Junior, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. Constituição Federal Comentada, São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais.
- SYMONIDES, Janusk (Org.). Direitos humanos: novas dimensões e desafios. Brasília: UNESCO. Brasil, Secretaria Especial dos Direitos



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Humanos, 2003. Disponível em:
<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000134027>

YOSHIDA, Consuelo Y. M. Tutela dos interesses difusos e coletivos.
São Paulo: Juarez de Oliveira.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor(a) Responsável:	Evani Zambon Marques da Silva
Disciplina:	A Psicologia e o Universo Jurídico: Questões Contemporâneas
Núcleo de Pesquisa:	Teoria Social, Metodologia, Lógica e Semiótica do Direito
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2025
Crédito correspondente:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Os dilemas humanos que buscam na Justiça uma resposta são atravessados invariavelmente por âmbitos diversos de reflexão. A era da interdisciplinaridade, por assim dizer, propõe um diálogo com diferentes áreas científicas que pode trazer entendimentos e colaborações importantes para muitas das questões judicializadas. A Psicologia apresenta ao Direito elementos edificantes para a compreensão do cotidiano forense. Os processos psíquicos individuais e sociais que governam a natureza humana estão cada vez mais imbricados nas relações, sendo difícil trabalhar a complexidade sem olharmos as diversas ilhas que a compõe. O raciocínio interdisciplinar vem se apresentar como um debate profícuo que vai além de uma hierarquia de saberes. O ser humano é um homem jurídico, psíquico e social e tais dimensões, tais como muitas outras que o compõe, devem e precisam ser debatidas, em um universo que toma decisões e direciona a vida em sociedade. Os aspectos emocionais imbricados na judicialização contemporânea estimulam uma profícuo discussão que trata de problemas concretos.

Bibliografia Básica:

BATISTA, Aline Pozzolo; CADAN, Danielle. Violências, Vulnerabilidades e Psicologia: um olhar para o sistema de justiça. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020.

FOUCAULT, Michel. A Verdade e as Formas Jurídicas. Rio de Janeiro: Nau, 2013.

HUSS, Mathew. Psicologia Forense. Porto Alegre: Artmed, 2011.

MORIN, Edgar. A Cabeça Bem Feita: repensar a reforma- reformar o pensamento. 8ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SILVA, Evani Zambon Marques da; CASTRO, Lídia R. Folgueira. Psicologia Judiciária. São Paulo: Edipro, 2012.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor(a) Responsável:	Fabiana Del Padre Tomé
Disciplina:	Teoria Geral do Direito - norma jurídica e teoria da prova na aplicação do direito
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2025
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Estudo da norma jurídica e do respectivo processo de positivação pela perspectiva do constructivismo lógico-semântico, com ênfase nas dimensões sintática, semântica e pragmática da prova, inerentes à aplicação do direito. Para tanto, parte-se da idéia de ordenamento como conjunto de normas jurídicas, examinando-se os requisitos para que se opere a incidência. É nesse contexto que serão examinados os aspectos morfológico, sintático, semântico e pragmático da prova. Trata-se de disciplina voltada ao estudo hermenêutico-analítico do direito, aprofundando-se nos seguintes tópicos: I - Conhecimento, verdade e direito. II - Autopoiese do sistema do direito positivo. III - Estrutura da norma jurídica. IV - Dinâmica da incidência normativa. V - Noções gerais sobre a prova e sua função no ordenamento. VI - Meios de prova. VII - Morfologia da prova. VIII - Dinâmica probatória na concretização do direito. IX - Axiologia das provas.

Bibliografia Básica:

CARVALHO, Paulo de Barros (Coord). Constructivismo lógico-semântico. Vol. III. São Paulo: Noeses, 2019.

HAACK, Susan. Evidence Matters: Science, Proof, and Truth in the Law. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

TARUFFO, Michele. Uma simples verdade: o juiz e a construção dos fatos. Tradução de Vitor de Paula Ramos. São Paulo: Marcial Pons, 2012.

TOMÉ, Fabiana Del Padre. A prova no direito tributário. 4. ed. São Paulo: Noeses, 2016.

VILANOVA, Lourival. Causalidade e relação no direito. 5. ed. São Paulo: Noeses, 2014.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor(a) Responsável:	Fabio Ulhôa Coelho
Disciplina:	Ordenamento Jurídico e Sistema - As Oposições Fundamentais do Direito
Núcleo de Pesquisa:	Obrigatória para todos os alunos do Doutorado em Direito
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	18h00 às 23h00
Semestre:	1º/2025
Crédito correspondente:	05
Carga Horária:	450 horas
Nível:	Doutorado

Ementa:

Tradição e Positivização (Cícero e Austin); Positivismo e Moralidade (Hart e Dworkin); Ciência e tecnologia (Kelsen e Tércio); Lógica e Retórica (Klug e Perelman); Lei e valor (Montesquieu e Hirschl); Ordem natural e ordem artificial (Telles e Locke); Antropologia e antropologia jurídica (Lévi-Strauss e Ferrajoli); Descontinuidade e Continuidade (Hobbes e Darwin); Colonial e decolonial (Weber e Boaventura); Liberdade e igualdade (Hayek e Sen).

Bibliografia Basica:

COELHO, Fábio Ulhoa. Biografia não autorizada do direito. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2021.

COELHO, Fábio Ulhoa. Conflito: a origem do direito. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2023.

FERRAZ Jr., Tércio Sampaio. Direito, retórica e comunicação: subsídios para uma pragmática do discurso jurídico.

PERELMAN, Chaim & OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. Tratado da argumentação: a nova retórica. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

SEN, Amartya. A ideia de justiça. Tradução de Denise Bottmann e Ricardo Donelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?

Apenas para os alunos do Doutorado em Direito.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor(a) Responsável:	Gabriel Benedito Issaac Chalita
Disciplina:	Filosofia do Direito I - Relações entre Ética e Direito na Filosofia Clássica dos Gregos
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	6ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	1º/2025
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O curso tem como finalidade o estudo dos principais temas da Filosofia do Direito na antiguidade grega e sua relação com as outras escolas. O referencial teórico fundamental é a *Ética a Nicômacos* de Aristóteles. A partir dessa obra busca-se discutir a justiça em outros autores contemporâneos a Aristóteles e a influência exercida sobre as escolas da Filosofia do Direito que vieram depois. Além disso, o objetivo é trabalhar uma metodologia que prepare o aluno para o magistério e para a pesquisa científica.

Bibliografia Básica:

AQUINO Tomás de. *A Prudência - A virtude da decisão certa*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômacos* 3ª ed., Brasília: UnB, 1999.

DESCARTES, René. *Carta-Prefácio dos Princípios da Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

RAWLS, John. *Uma teoria da Justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

ROSS, Alf. *Direito e Justiça*. São Paulo: Edipro, 2000.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor(a) Responsável:	Ivo Waisberg
Disciplina:	Crédito e Direito Comercial
Núcleo de Pesquisa:	Direito Comercial
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	1º/2025
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A disciplina abordará vários aspectos do crédito relacionados ao Direito Comercial e Mercado Financeiro, tais como natureza jurídica, contratos, títulos de dívida, regulação, emissão privada e pública, distress market e responsabilidade civil.

Bibliografia Básica:

RIZZARDO, Arnaldo. Contratos de crédito bancário. 9. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

SADDI, Jairo. O Poder e O Cofre: repensando o Banco Central. São Paulo: Textonovo, 1998.

SALOMÃO NETO, Eduardo. Direito Bancário. 5. ed., 2. reimp. São Paulo: Atlas, 2005.

WAISBERG, Ivo. Responsabilidade Civil dos Administradores de Bancos Comerciais. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

WAISBERG, Ivo; GORNATI, Gilberto. Direito Bancário: contratos e operações bancárias. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor(a) Responsável:	Jacinto Silveira Dias de Arruda Câmara
Disciplina:	Questões contemporâneas das contratações públicas
Núcleo de Pesquisa:	Direito Administrativo
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2025
Créditos Correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Contratos administrativos no direito positivo brasileiro. Alteração dos contratos administrativos. O prazo nos contratos públicos. Extinção de contratos administrativos comuns (rescisão e invalidação). Contratos de concessão e outros instrumentos de outorga. Cláusulas regulamentares. Risco contratual e equilíbrio econômico-financeiro. Revisão tarifária. Prorrogação de outorga de serviços públicos. Extinção das concessões. Reversibilidade de bens. Contratações para infraestrutura pública.

Bibliografia Básica:

ARRUDA CÂMARA, Jacinto. Tratado de Direito Administrativo (coord. Maria Sylvia Zanella Di Pietro), vol. 6 (contratos administrativos), 2ª ed., São Paulo, Thomson Reuters - Revista dos Tribunais, 2019.

FREIRE, André Luiz. Direito dos Contratos Administrativos. São Paulo. Thomson Reuters - Revista dos Tribunais. São Paulo, 2023.

GIACOMUZZI, José Guilherme. Estado e Contrato - supremacia do interesse público "versus" igualdade: um estudo comparado sobre a exorbitância no contrato administrativo. São Paulo, Malheiros, 2011.

MARQUES NETO, Floriano de Azevedo. Concessões, Belo Horizonte, Ed. Fórum, 2015.

SUNDFELD, Carlos Ari; ARRUDA CÂMARA, Jacinto. Uma crítica à tendência de uniformizar com princípios o regime dos contratos públicos, Revista de Direito Público da Economia: RDPE, Belo Horizonte, v. 11, n. 41, p. 57-72, jan./mar. 2013.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor(a) Responsável:	Luiz Alberto David Araújo
Disciplina:	Produção Bibliográfica
Núcleo de Pesquisa:	Optativa para todos os Núcleos de Pesquisa (somente para alunos do Mestrado em Direito)
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	15h00 às 19h00
Semestre:	1º/2025
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Critérios e regras para elaboração de um artigo científico. O Qualis como instrumento de qualificação do periódico. Como escolher um periódico para publicação. Aderência da produção ao projeto e à linha de pesquisa. O qualis dentro do quadriênio de avaliação. Como qualificar um periódico?

Como cuidar da produção técnica? Como ajudar a Coordenação na tarefa da produção científica. O papel dos bolsistas e o papel dos docentes na produção bibliográfica.

Justificativa:

A publicação de artigos, coletâneas, anais, com o objetivo de implementar a produção do Programa exige específica formação dos alunos. De particular dificuldade se reveste a produção discente nos padrões que, presentemente, são exigidos pela Área do Direito da CAPES.

O propósito da Ementa, mais propriamente operando como Seminário, é o de formar e informar o aluno sobre as questões relativas ao padrão QUALIS; a temática relativa à aderência da produção quanto à linha de pesquisa e ao projeto apresentado ao Orientador bem como os critérios de escolha dos periódicos aptos a receber as publicações elaboradas pelo discente, a partir da reflexão a respeito da área de atuação do aluno.

Bibliografia Básica:

ADEODATO, João Maurício. Bases para uma metodologia da pesquisa em Direito. In: <http://www.saraivajur.com.br/doutrina>. Acesso em 18-7-2002.

LEITE, Eduardo de Oliveira. Monografia jurídica. 3ª ed. rev., São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo **PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. Manual de metodologia da pesquisa no direito. 2ª ed., São Paulo: Saraiva, 2004.

NUNES, Rizzatto. Manual da monografia jurídica. 11ª.ed., São Paulo: Saraiva, 2015.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 20ª ed., São Paulo: Cortez, 1997.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor(a) Responsável:	Luiz Alberto David Araújo
Disciplina:	O sistema qualis e a produção de artigos - como e onde publicar
Núcleo de Pesquisa:	Optativa para todos os Núcleos de Pesquisa (somente para alunos do Doutorado em Direito)
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	14h00 às 19h00
Semestre:	1º/2025
Créditos correspondentes:	05
Carga horária:	450 horas
Nível:	Doutorado

Ementa:

Critérios e regras para elaboração de um artigo científico. O Qualis como instrumento de qualificação do periódico. Como escolher um periódico para publicação. Aderência da produção ao projeto e à linha de pesquisa. O qualis dentro do quadriênio de avaliação. Como qualificar um periódico?

Como cuidar da produção técnica? Como ajudar a Coordenação na tarefa da produção científica. O papel dos bolsistas e o papel dos docentes na produção bibliográfica.

Justificativa:

O essencial na produção científica é a busca de sua qualificação. Não basta elaborar um texto. Ele deve obedecer ao exigido pelas regras da Capes.

A publicação artigos, coletâneas, anais do Programa devem obedecer aos padrões exigidos pela Área do Direito da CAPES que, muitas vezes, não são do conhecimento e compreensão de todos os alunos.

O propósito da Ementa, mais propriamente operando como Seminário, é o de formar e informar o aluno sobre as questões relativas ao padrão QUALIS; a temática relativa à aderência da produção quanto à linha de pesquisa do Programa. Durante o curso, haverá a elaboração de, no mínimo, dois artigos com a orientação do docente.

Bibliografia Básica:

ADEODATO, João Maurício. Bases para uma metodologia da pesquisa em Direito. In: <http://www.saraivajur.com.br/doutrina>. Acesso em 18-7-2002.

LEITE, Eduardo de Oliveira. Monografia jurídica. 3ª ed. rev., São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo **PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. Manual de metodologia da pesquisa no direito. 2ª ed., São Paulo: Saraiva, 2004.

NUNES, Rizzatto. Manual da monografia jurídica. 11ª.ed., São Paulo: Saraiva, 2015.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 20ª ed., São Paulo: Cortez, 1997.

Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?

Apenas para os alunos do Doutorado em Direito.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor(a) Responsável:	Luiz Guilherme Arcaro Conci
Disciplina:	Teoria Geral do Direito - Pluralismos Jurídicos em Âmbito Nacional e Internacional
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2025
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Positivismo jurídico e unidade do direito; completude do ordenamento jurídico e seus desafios. Conflitos e diálogos entre as fontes do direito; relação entre Estado e direito desde e para além do positivismo jurídico. Monismo e dualismo na relação entre o direito doméstico e o direito internacional; o direito transnacional e as fontes não estatais; pluralismos jurídicos e direito costumeiro tradicional. Pluralismos jurídicos e fragmentação do direito internacional.

Bibliografia Básica:

Kelsen, H. (1991). Teoria Pura do Direito. Martins Fontes, 1991.

Engle Merry, S., Griffiths, J., & Tamanaha, B. (2007). Pluralismo jurídico. Siglo del Hombre, Bogotá.

Hespanha, A. M. (2019). Pluralismo jurídico e direito democrático. Leya.

Vitor Cardoso, J., & Arcaro Conci, L. G. (2019). Jurisdição indígena e pluralismo jurídico na América Latina: estudo de caso sobre a justiça Waiwai. Revista Brasileira de Políticas Públicas, 9(2).

Calixto, A. J., & Conci, L. G. A. (2022). Pluralismo Jurídico y Justicia Indígena: Propuestas para la nueva Constitución Chilena. Estudios constitucionales, 20 (ESPECIAL), 350-380.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor(a) Responsável:	Luiz Guilherme Arcaro Conci
Professor(a) Convidado(a):	Luís Manuel Fonseca Pires (PUC-SP) e Giuseppe Martinico (Scuola Superiore Sant'Anna - Pisa, Itália)
Disciplina:	Direito como Ferramenta para a Crise das Democracias Constitucionais
Núcleo de Pesquisa:	Optativa
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2025
Crédito correspondente:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A quem serve o direito?; erosão democrática e constitucionalismo contemporâneo; legalismo autocrático e estado de direito; constitucionalismo abusivo; captura judicial como ferramenta de controle autocrático; reformas constitucionais abusivas; usos e abusos das consultas populares e problemas da democracia representativa; democracia constitucional, militarismo e militarização; lawfare e luta contra a corrupção como estratégias antidemocráticas; novos estados de exceção na contemporaneidade; poderes contramajoritários e perda de qualidade das democracias.

Bibliografia Básica:

CONCI, Luiz G. A.; MARCONI, C. (orgs.). Crise das Democracias Liberais: um olhar internacional a partir do Sul Global. 1. ed. São Paulo: Tirant Lo Blanch, 2021. 219 p. v. 1.

CONCI, Luiz G. A. Democracia Constitucional e Populismos na América Latina - entre fragilidades institucionais e proteção deficitária dos direitos fundamentais. São Paulo: Contracorrente, 2023.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. Tyranny of the minority: How to reverse an authoritarian turn, and forge a democracy for all. Random House, 2023.

MARTINICO, Giuseppe. Filtering populist claims to fight populism: The Italian case in a comparative perspective. Cambridge University Press, 2021.

PIRES, Luis Manuel Fonseca. Estados de exceção: a usurpação da soberania popular. Editora Contracorrente, 2021.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor(a) Responsável:	Marcelo de Oliveira Fausto Figueiredo Santos
Disciplina:	Diálogo entre os sistemas europeu e americano de proteção dos direitos humanos e os direitos fundamentais
Núcleo de Pesquisa:	Direito Constitucional
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2025
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A disciplina acima descrita tem por objetivo proporcionar aos alunos a compreensão do funcionamento dos modelos europeu e americano de proteção dos direitos humanos e dos meios, modos e possibilidades de interação e influências recíprocas entre esses sistemas, bem como desses com a justiça constitucional no âmbito interno dos Estados. Busca-se, dessa forma, compreender os novos paradigmas das relações entre o direito internacional, supranacional e interno que desafiam as concepções tradicionais da doutrina jurídica e lançam luzes para uma nova perspectiva de proteção dos direitos humanos e dos direitos fundamentais.

Bibliografia Básica:

ACOSTA ALVARADO, Paola Andrea. Zombis vs. Frankenstein: sobre las relaciones entre el derecho internacional y el derecho interno. *Estudios Constitucionales*, Año 14, n° 1, pp. 15-60, 2016.

FIGUEIREDO, Marcelo. O direito constitucional transnacional e algumas de suas dimensões. Belo Horizonte: D'Plácido, 2019.

NEVES, Marcelo. Transconstitucionalismo. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

PIOVESAN, Flávia. Proteção dos direitos humanos: uma análise comparativa dos sistemas regionais europeu e interamericano. In BOGDANDY, Armin von, PIOVESAN, Flávia, e ANTONIAZZI, Mariela Morales (coords.). *Direitos humanos, democracia e integração jurídica: avançando no diálogo constitucional e regional*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

VERGOTTINI, Giuseppe de. Más allá del diálogo entre tribunales: comparación y relación entre jurisdicciones. Trad. Pedro J. Tenorio Sánchez. Cizur Menor (Navarra): Civitas (Thomson Reuters), 2010.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor(a) Responsável:	Marcelo Gomes Sodré
Disciplina:	Filosofia do Direito II - A construção histórica dos direitos humanos, os direitos difusos e a pós-modernidade
Núcleo de Pesquisa:	Filosofia do Direito
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2025
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O curso tem por objetivo geral refletir, do ponto de vista filosófico, sobre a construção dos direitos humanos nas diversas eras históricas, mas sempre com um olhar para os direitos humanos na pós-modernidade. Os problemas centrais a serem enfrentados são: qual o estatuto dos direitos humanos universais "modernos" com o advento da fragmentação dos direitos na pós-modernidade? Tais direitos sobrevivem à fragmentação? Os direitos difusos seriam uma nova formulação de direitos humanos fragmentados?

O tema central do curso será a construção dos direitos humanos universais e fragmentação dos direitos na pós-modernidade e o surgimento dos direitos difusos. A questão central a ser enfrentado diz respeito a como podemos dar continuidade ao discurso moderno sobre direitos universais em uma sociedade pós-moderna totalmente fragmentada. Algo parece fora do lugar. Teriam os direitos difusos um papel a cumprir em uma nova formulação de direitos humanos?

Neste contexto, será analisado também a chamada morte do sujeito moderno e o surgimento de sujeitos pós-modernos fragmentados. O caminho da pesquisa a ser seguida inclui uma reflexão sobre o destino dos direitos humanos no antropoceno e os riscos das catástrofes civilizatórias, o chamado "fim do mundo".

Bibliografia Básica:

BOBBIO, Norberto - A Era dos Direitos;

FERRAJOLI, Luigi - Por una constitución de la tierra;

HALL, Stuart - Identidade Cultural na Pós-modernidade;

SANDEL, Michel - Justiça: o que é fazer a coisa certa;



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo **PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

SODRÉ, Marcelo Gomes - O advento dos direitos difusos materiais no contexto dos direitos humanos: investigação acerca das tensões e mutações na sociedade contemporânea;

WOLF, Francis - As quatro concepções de homem.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor(a) Responsável:	Marcia Cristina de Souza Alvim
Disciplina:	Educação, Metodologia e Didática do Ensino Superior em Direito
Núcleo de Pesquisa:	Teoria Social, Metodologia, Lógica e Semiótica do Direito
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2025
Crédito correspondente:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A presente disciplina tem por objetivo repensar o papel do professor na Universidade, discutir o processo de aprendizagem no ensino superior e discutir a pesquisa científica através de uma reflexão crítica da Ciência do Direito.

As aulas serão realizadas de forma expositiva e seminários, possibilitando ao aluno utilizar as diversas técnicas para repensar a didática em sala de aula.

Bibliografia Básica:

ALVES, Rubem. Por uma Educação Romântica. Campinas: Papyrus Editora, 2002.

DEMO, Pedro. Pesquisa e Construção de Conhecimento. 3ªed. Rio de Janeiro: Tempo Universitário, 1997.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MORIN, Edgar. A Cabeça Bem Feita. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

RIOS, Terezinha A. Compreender e Ensinar. São Paulo: Cortez, 2001.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor(a) Responsável:	Márcia Cristina de Souza Alvim
Disciplina:	Filosofia do Direito I - Direito e Liberdade
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	5ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	1º/2025
Crédito correspondente:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A presente disciplina tem por objetivo discutir um dos Princípios Fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil: O Direito à Liberdade. Que é liberdade? O que é ser livre? É possível construir uma filosofia da liberdade? Como o Direito deve emancipar as ações humanas para a efetividade desse princípio fundamental? As aulas serão realizadas de forma expositiva e seminários.

Bibliografia Básica:

ARENDDT, Hannah. O que é Política? Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CANETTI, Elias. Massa e Poder. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HABERMAS, Jurgen. Comentários à Ética do Discurso. Lisboa: Instituto Piaget, 1991.

LIPOVETSKY, Gilles e CHARLES, Sébastien. Os Tempos Hipermodernos. Lisboa: Edições 70, 2011.

ROUSSEAU, Jean Jacques. Emílio ou Da Educação. 4ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 2014.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor(a) Responsável:	Márcio Pugliesi
Disciplina:	Filosofia do Direito I: a reelaboração do Poder na Sociedade Transnacionalizada de Controle: questões cibernéticas de Inteligência Artificial
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2025
Crédito correspondente:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Apresentação dos principais encaminhamentos de uma visão sistêmico-construcionista da atividade dos juristas para a efetividade do Direito numa sociedade multifocal e de controle. Analisar como ficam as promessas de direitos e suas garantias diante do crescente controle com emprego de inteligência Artificial e da aprendizagem de máquina.

Bibliografia Básica:

GOLDFELLOW, Ian & BENGIO, Yoshua & COURVILLE, Aaron. (2024) Deep Learning (Adaptive Computation and Machine Learning series, Cambridge (Mas): MIT.

PUGLIESI, Márcio. Teoria Geral do Direito. São Paulo: Aquariana, 2022.

_____. Filosofia Geral e do Direito, São Paulo: Aquariana, 2022.

Outros textos segundo a evolução do curso.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor(a) Responsável: Marco Antônio Marques da Silva

Disciplina: Teoria Geral do Direito –
Constitucionalização do Processo e do
Direito

Núcleo de Pesquisa: Todos (Disciplina Obrigatória)

Dia da semana: 3ª feira

Horário: 19h00 às 23h00

Semestre: 1º/2025

Créditos correspondentes: 04

Carga horária: 360 horas

Nível: Mestrado

Ementa:

Direito, Justiça e Política. Direito e Norma Jurídica. Causas Essenciais do Direito. Princípios e regras jurídicas: conflitos e critérios de solução. Eficácia da Lei no tempo e seus princípios fundamentais. Ordenamento Jurídico e Hermenêutica. Justiça e Teorias Procedimentais. Fundamentos do Estado Democrático de Direito e o Acesso à Justiça. O Princípio Constitucional da Dignidade Humana. O fenômeno da Constitucionalização. A Constitucionalização do Direito e do Processo. A ordem constitucional de valores e a imposição de uma coerência na legislação ordinária. Identificação do Processo no Sistema Constitucional de Direitos e Garantias Fundamentais. O processo constitucional como instrumento de interpretação de institutos jurídicos. Relações de poder: relação de autoridade, de liderança, de reputação e detentor do poder.

Bibliografia Básica:

ALEXY, Robert. Teoría de la argumentación jurídica: la teoría del discurso racional como teoría de la fundamentación jurídica. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1989.

DE CICCIO, Claudio & GONZAGA, Alvaro de Azevedo. Teoria Geral do Estado e Ciência Política. 2ª edição, 2009.

DWORKIN, Ronald. Levando os Direitos a Sério. São Paulo: Martins Fontes, 3ª edição, 2010.

MIRANDA, Jorge & SILVA, Marco Antonio Marques da. (Coordenação). Tratado Luso-Brasileiro da Dignidade Humana. São Paulo: Quartier Latin, 2ª edição, 2009.

FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. Introdução ao estudo do direito: Técnica, Decisão, Dominação. São Paulo: Atlas, 7ª edição, 2013.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor(a) Responsável:	Marco Antônio Marques da Silva
Disciplina:	Direito Probatório Contemporâneo
Núcleo de Pesquisa:	Direito Processual Penal
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2025
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Proporcionar uma visão ampla sobre a matéria da prova no direito contemporâneo, tendo em vista as mudanças ocorridas na sociedade, as alterações legislativas e a quebra de fronteiras, com a alteração do conceito de soberania e a discussão da flexibilização de direitos e garantias individuais. Analisar o processo criminal e os desafios da repressão estatal; relacionar diferentes sistemas processuais; incentivar a análise e pesquisa dos princípios constitucionais, tutelados de forma diferenciada pelo Processo Penal; abordar a validade e a legalidade das provas vedadas e ilícitas, bem como os meios de obtenção de prova; examinar a recolha de prova pela Polícia Judiciária, Ministério Público, Defesa e o valor probatório perante o magistrado.

Bibliografia Básica:

AMBOS, Kai; LIMA, Marcellus Polastri. O processo acusatório e a vedação probatória: perante as realidades alemã e brasileira. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009. ANDRADE, Manuel da Costa. Sobre as proibições de prova em processo penal. Coimbra: Coimbra Editora, 2013.

BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahy. Epistemologia judiciária e prova penal. 1. ed. São Paulo: RT, 2019.

MIRANDA, Jorge; SILVA, Marco Antonio M. da (Coords). Tratado Luso Brasileiro da Dignidade Humana. S. Paulo: Quartier Latin, 2009.

VALENTE, Manuel Monteiro Guedes. Cadeia de custódia da prova. Coimbra: Almedina, 2019.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor(a) Responsável:	Maria Celeste Cordeiro Leite Santos
Disciplina:	Teoria Geral do Direito - Arquiteturas do Poder Tecnológico, Direito e Justiça
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	1º/2025
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

No mundo globalizado, há um consenso de que os avanços tecnológicos transformaram a sociedade contemporânea, impactando-a em todos os aspectos éticos, jurídicos, econômicos, filosóficos, políticos, tendo em vista que as arquiteturas digitais podem ser um instrumento de vulnerabilidade de direitos, quanto de exercícios de direitos. Certamente a complexa interação entre Direito e Poder em entornos virtuais possui características próprias, exigindo transformações legislativas. Na indecisão sobre o que de fato caracteriza a inteligência, que é refletida na ausência de um acordo sobre a definição exata de inteligência artificial, múltiplas arquiteturas foram sendo elaboradas e combinadas para materializar seus usos atraindo atenção de diferentes áreas do conhecimento. São inúmeros caminhos para responder aos novos, complexos desafios e paradoxos que nos são apresentados. A inteligência artificial "concerne a um conjunto de tecnologias que, em geral, possuem a capacidade de, por meio da artificialização, adquirir e aplicar soluções para certa medida, algumas funções cognitivas, como por exemplo: memória, linguagem e planejamento. Dito de outra maneira, a evolução na capacidade de integrar artificialmente as funções cognitivas, a complexidade dos sistemas são elementos essenciais quando se trata da tentativa de conceituar a inteligência artificial. (SARLET: 2023, p.08). O presente curso tem por objetivo levar os mestrandos a investigarem e refletirem sobre as estruturas de controle e diretrizes das novas tecnologias. A disciplina será desenvolvida em aulas expositivas, seminários e debates.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Bibliografia Básica:

HARARI, Yuval Noah. Nexus Uma breve história das redes de informação, da Idade da Pedra à inteligência Artificial. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

LUHMANN, Niklas. La sociedad de la sociedad. Ciudad de México: Herder, 2007.

SANTAELLA, Lucia. A Inteligência Artificial é Inteligente? Editora: Edições 70. 2023.

SANTOS, Maria Celeste Cordeiro Leite. Poder Jurídico e Violência Simbólica Problemas do PODER na Obra Póstuma de Hans Kelsen. São Paulo: Cultural Paulista, 1985.

WOLFGANG SARLET, Ingo. Inteligência Artificial, Proteção de Dados Pessoais e Responsabilidade na Era Digital. eBook: Kindle.2023.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor(a) Responsável:	Maria Garcia
Disciplina:	Direito Educacional: a Educação Jurídica
Núcleo de Pesquisa:	Direito Constitucional
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	1º/2025
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Estudos sobre a Educação, conforme previsto na Constituição Federal, com as especificidades da Educação Jurídica.

Bibliografia Básica:

Hannah Arendt, Eric Weil, Bertrand Russell, Ortega y Gasset, "Quatro Textos Excêntricos", Relógio D'Água, 2000

Dâmares Ferreira (Coord.), "Direito Educacional em Debate", Ed. Hoper / Cobra, 2004

Vladimir Oliveira da Silveira, Samyra Haydêe Dal Farra Napolini Sanches, "Educação Jurídica", Ed. Saraiva, 2013

Adilson José Moreira, Philippe Oliveira de Almeida, Wallace Corbo, "Manual de Educação Jurídica Antirracista", Contracorrente, 2022

Douglas de Souza Guedes, Tauã Lima Verdán Rangel, "A Nova Normalidade e os Impactos no âmbito Universitário: o Potencial de Repensar a Relação de Ensino - Aprendizagem em Tempos Remotos", Revista Síntese n. 179, Síntese, 2020.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor(a) Responsável:	Maria Helena Diniz
Disciplina:	Novas Técnicas Contratuais
Núcleo de Pesquisa:	Direito Civil Comparado
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	1º/2025
Crédito correspondente:	04
Carga Horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O curso tem por objetivo analisar: os contratos no direito internacional privado, apontando os critérios de conexão para sua aplicabilidade no Brasil e no exterior; formação, técnicas pré contratuais, cláusulas mais usuais etc.; as novas técnicas contratuais, na seara cível e empresarial, no direito nacional e estrangeiro, sem olvidar das questões polêmicas que engendrar na contemporaneidade.

Bibliografia Basica:

ASCARELLI, Tullio Studio in tema di contratti Milano, giuffre, 1952.

LARENZ, Depeche de las obrigacional Madrid 1958.

PONTES DE MIRANDA, Tratado de direito privado, SPAULO, RT, 1983.

HIRONAK E TARTUCE Direito contratual- temas atuais SPAULO Método 2007.

DINIZ, M.h, Tratado teórico e prático dos contratos sp Saraiva 2013.

_____. Curso de direito civil brasileiro sp Saraiva vol 3 2024.

_____. lei de introdução às normas de direito brasileiro, sp, Saraiva 2024.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor(a) Responsável:	Maria Helena Diniz
Disciplina:	Ordenamento Jurídico e Sistema
Núcleo de Pesquisa:	Obrigatória para todos os alunos do Doutorado em Direito
Dia da semana:	4 ^a feira
Horário:	07h30 às 12h30
Semestre:	1º/2025
Crédito correspondente:	05
Carga Horária:	450 horas
Nível:	Doutorado

Ementa:

O curso tem por objetivo dar uma visão panorâmica do ordenamento jurídico e da ideia de sistema instrumentos do direito positivo e da construção científico jurídica sob a ótica de várias concepções jusfilosóficas, fazendo inclusive uma análise interdisciplinar, apontando semelhanças e diferenças entre elas, sem olvidar das questões polêmicas que envolvem técnicas interpretativas, critérios normativos de colmatação de lacunas e de correção de antinomias reais.

Bibliografia Basica:

KELSEN, teoria pura do direito, 1962.

VILA NOVA, estruturas lógicas e o sistema do direito, 2005.

FERRAZ JR, teoria da norma jurídica, 1978.

Bobbio, teoria do ordenamento, 1991.

Diniz, Compêndio de introdução à ciência do direito, 2023.

Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?

Apenas para os alunos do Doutorado em Direito.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor(a) Responsável:	Mauricio Garcia Pallares Zockun
Disciplina:	Regulação Estatal no Direito Administrativo
Núcleo de Pesquisa:	Direito Administrativo
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2025
Créditos Correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Trata-se de disciplina encartada no Projeto de Pesquisa "Regulação administrativa", vinculada à Linha de Pesquisa "Efetividade do Direito Público e Limitação da Atividade Estatal". Por meio desta disciplina pretende-se apurar os limites constitucionais da regulação no âmbito do direito administrativo, seja quanto ao seu substrato material, substrato formal, procedimento para realização, análise de impacto regulatório, regulação em setores econômicos e novas tecnologias, impactos econômicos da regulação e consequencialismo regulatório.

Bibliografia Básica:

- GUARAGNI, Fábio André; BACH; Marion. Norma penal em branco e outras técnicas de reenvio em direito penal. Almedina.
- MAJONE, Giandomenico. The transformation of the regulatory State. Osservatorio sull'Analisi di Impatto della Regolazione, www.osservatorioair.it, setembro 2010.
- PARGENDLER, Mariana.; SALAMA, Bruno Meyerhof Salama. "Direito e Consequência no Brasil: em busca de um discurso sobre o método". Revista de Direito Administrativo, [S. l.], v. 262, p. 95-144, 2013. DOI: 10.12660/rda.v262.2013.8901. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rda/article/view/8901>.
- SUSTEIN, Cass R.; JOLLS, CHRISTINE; Jolls; THALER, Richard H. "A Behavioral Approach to Law and Economics," Stanford Law Review 1471 (1998).
- ZOCKUN, Carolina Zancaner; ZOCKUN, Maurício. "Limites éticos e jurídicos à produção do ato jurídico estatal com base em inteligência artificial: o ato jurídico produzido sem consciência ou vontade". Cadernos de Dereito Actual, [S. l.], n. 20, p. 40-57, 2023. Disponível em:



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo **PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

<https://www.cadernosdedereitoactual.es/ojs/index.php/cadernos/article/view/936>.

- ZOCKUN, Maurício; ZOCKUN, Carolina Zancaner. "A Regulação Administrativa e o princípio da legalidade" in Aspectos Gerais da Lei de Liberdade Econômica (Org. Maurício Zockun). Curitiba: Íthala, 2022.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor(a) Responsável:	Miguel Horvath Junior
Disciplina:	Tópicos avançados de Direito Previdenciário - A policrise e possibilidades de manutenção e expansão da proteção social, custeio da seguridade social e regimes próprios de previdência
Núcleo de Pesquisa:	Direito Previdenciário
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2025
Créditos Correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Tópicos avançados de Direito Previdenciário. A policrise e possibilidades de manutenção e expansão da proteção social. Regimes Próprios da Previdência Social (panorama dos regimes próprios, reflexos das reformas constitucionais, autonomia legislativa dos RPPS, beneficiário dos RPPS, previdência complementar do servidor público, benefícios previdenciários e órgãos de controle) ; O Custeio da Seguridade Social (aspectos constitucionais, bases de financiamento e reforma tributária).

Bibliografia Básica:

- 1.A policrise e os sistemas de proteção social. Belo Horizonte. Editora IEPREV, 2024. MIGUEL HORVATH JÚNIOR.
- 2.Sistema de Seguridade Social. São Paulo: Ed. LTr, 7ª ed. 2014. WAGNER BALERA.
3. Argumentos econômicos e sociais no âmbito do direito fundamental à previdência social, Curitiba: Juruá, 2019. SABRINA BONFIM DE ARRUDA PONTO.
- 4.Direito Previdenciário. São Paulo: RIDEEL, 13 ed. 2022. MIGUEL HORVATH JÚNIOR.
5. Previdência Social: aspectos práticos e doutrinários dos regimes próprios. São Paulo: Editora atlas, 2007. BRIGUET, Magadar Rosália Costa; HORVATH JUNIOR Miguel; VICTORINO, Maria Cristina LOPES.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor(a) Responsável:	Miguel Horvath Junior
Disciplina:	Metodologia Científica e Didática do Ensino Superior
Núcleo de Pesquisa:	Teoria Social, Metodologia, Lógica e Semiótica do Direito
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2025
Créditos Correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O curso tem como finalidade instrumentalizar o mestrado para melhor escrever sua dissertação e capacitá-lo para a ministração de aulas, seja no estágio acadêmico profissional ou o ambiente real de sala de aula. Além do estudo: Das interrelações entre a ciência jurídica e a ciência metodológica; Da criação desenvolvimento e finalização do projeto científico. Da redação científica; O Direito como ciência; Como escolher o tema da dissertação; da organização das fontes e materiais de pesquisa. Elementos do projeto de pesquisa científica. Das técnicas de normatização do trabalho científico segundo a ABNT; Das formas de apresentação do trabalho científico: Tese, Dissertação, trabalho didático, monografia de conclusão de curso, resenha bibliográfica, fichamento e a didática do ensino superior.

Bibliografia Básica:

MASETTO, Marcos T. O professor na hora da verdade: a prática docente no ensino superior. São Paulo: Avercampo, 2010

PERRENOUD, Philippe. Dez novas competências para ensinar. Porto Alegre: Artmed, 2000.

RIOS, Terezinha Azerêdo. Compreender e ensinar. Porto Alegre: Artmed, 2000.

TAGLIAVINI, João Virgílio. Aprender e ensinar direito para além do direito que se ensina errado. São Carlos, SP: Edição do autor, 2013.

VENTURA, Deisy. Ensinar Direito. São Paulo: Editora Manole, 2004.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor(a) Responsável:	Nathaly Campitelli Roque
Disciplina:	Teoria Geral do Direito - Do Modelo Positivista ao Acesso à Justiça
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	5ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2025
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A Disciplina Teoria Geral do Direito - do modelo positivista ao Acesso à Justiça, visa à construir uma análise, estrutural e histórica, das relações entre Direito, Estado e suas inter-relações com o Acesso à Justiça e ao Judiciário. A partir das óticas monista, dualista e da gradação da positividade jurídica, buscar-se-á compreender a importância do Estado na produção do Direito moderno, bem como as relações entre Soberania e Poder dentro de uma perspectiva democrática e plural a fim de construir um Estado Democrático de Direito.

Bibliografia Básica:

- CAPPELLETTI, Mauro e GARTH, Bryant. Acesso à Justiça, Porto Alegre, Sergio Antonio Fabris Editor, 2002.
- CAMPILONGO, Celso Fernandes; GONZAGA, Alvaro de Azevedo; FREIRE, André Luiz. ENCICLOPÉDIA JURÍDICA PUCSP. <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/>
- KELSEN, Hans. Teoria geral do direito e do estado. 3. ed. Trad. Luis Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- REALE, Miguel. Teoria do direito e do estado. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.
- SADEK, Maria Teresa (Org.). Acesso à Justiça. São Paulo: Konrad - Adenauer - Stiftung, 2001.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor(a) Responsável:	Nelson Nery Junior
Disciplina:	Recursos, ações de competência originária dos Tribunais Superiores e Ordem dos processos no tribunal
Núcleo de Pesquisa:	Direito Processual Civil
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	18h00 às 23h00
Semestre:	1º/2025
Créditos correspondentes:	05
Carga horária:	450 horas
Nível:	Doutorado

Ementa:

A presente disciplina se destina ao exame dos recursos e ações de competência originária dos tribunais superiores e da ordem dos processos no tribunal. Serão analisados os aspectos do sistema de recursos da CF e do CPC, bem como o direito jurisprudencial e o sistema de precedentes no processo civil brasileiro, bem como os temas da súmula vinculante do STF e da súmula da jurisprudência predominante dos tribunais. Os denominados "temas" de repercussão geral (STF) e dos recursos repetitivos (STJ) também serão examinados. De outra parte as ações declaratórias de inconstitucionalidade, declaratória de constitucionalidade, as arguições de descumprimento de preceito constitucional fundamental e as ações rescisórias ocuparão as análises de seus principais aspectos no curso de doutorado.

Bibliografia Básica:

ARRUDA ALVIM, Teresa; NIEVA-FENOLL, Jordi; CAVANI, Renzo. Revisiting Cassation and Supreme Courts: 100 Years after Calamandrei's Masterpiece, São Paulo: Editora Direto Contemporâneo, 2024

_____. Modulação na alteração da jurisprudência firme ou de precedentes vinculantes, 3.ª ed., São Paulo: RT, 2024

ARRUDA ALVIM, Teresa; DANTAS, Bruno. Precedentes, recurso especial e recurso extraordinário, 7.ª ed., São Paulo: RT, 2023

BUENO, Cassio Scarpinella (coordenador). Comentários ao Código de Processo Civil, v. 4 (Arts. 926 a 1072) (Parte Especial: Processos nos tribunais e recursos e disposições finais transitórias, São Paulo: Saraiva, 2017



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

CAMPOS, Amini Haddad. Controle de precedentes: a conformação sistêmica da linguagem judicial dos indexadores de normatividade concreta, Londrina: Thoth, 2021

NERY JUNIOR, Nelson. Teoria geral dos recursos, 8.^a ed., São Paulo: RT, 2024

NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. Código de Processo Civil comentado. 22. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2024.

_____. Constituição Federal comentada. 8. ed. São Paulo: RT, 2022.

ROSSI, Julio Cesar. Precedente à brasileira: A jurisprudência vinculante no CPC e no Novo CPC, São Paulo: Atlas, 2015.

Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?

Apenas para os alunos do Doutorado em Direito.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor(a) Responsável:	Nelson Saule Junior
Professor(a) Convidado(a):	José Eduardo Martins Cardozo
Disciplina:	A Crise do Estado de Direito e o Direito à Cidade na Federação Brasileira
Núcleo de Pesquisa:	Direito Urbanístico
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	1º/2025
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O curso tem como objetivo analisar e produzir reflexões sobre os seguintes temas: (i) o Estado, o Estado de Direito e as causas da crise que atinge esse último modelo estatal; (ii) as relações entre o Estado de Direito Democrático e social, as políticas públicas e a exclusão social e territorial ; (iii) a judicialização dos conflitos sociais, os conflitos urbanos e ambientais; o ativismo judicial, a lawfare e os conflitos sociais e urbanos; (iv) o neoliberalismo, o Estado de Direito e as políticas urbanas, (v) as interfaces do direito urbanístico com o Direito Ambiental, Administrativo e Direitos Humanos e o Poder de Polícia Administrativa; (vi) competência para legislar em direito urbanístico na Federação brasileira e os conflitos sociais e urbanos (vii) responsabilidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e dos Entes Federativos na proteção dos direitos difusos em especial do direito à cidade; (viii) o papel e formas de atuação da sociedade civil organizada e das Instituições essenciais da Justiça como o Ministério Público e Defensoria Pública na proteção desses direitos; (ix) a crise do Estado de Direito, o neoliberalismo e seus reflexos no direito à cidade.

Bibliografia Básica:

- 1- VESTING, Thomas - Teoria do Estado. A transformação do Estado na Modernidade. São Paulo: IDP, Saraiva, 2022.
- 2- LIBÓRIO, Daniela Campos - Direito Urbanístico - Fontes do direito à cidade. Minas Gerais: Forum, 2022.
- 3- SAULE JR, Nelson - Direito Urbanístico: Vias jurídicas das políticas urbanas



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo **PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

4- SILVA, José Afonso - Direito Urbanístico Brasileiro. São Paulo: Malheiros, 2018.

5- SÂUVETRE, Pierre, LAVAL, Christian, GUÉGUEM, Haud e DARDOT, Pierre. A escolha da guerra civil: uma outra história do neoliberalismo. São Paulo: Elefante, 2021.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor(a) Responsável:	Oswaldo Henrique Duek Marques
Professor(a) Convidado(a):	Gustavo Octaviano Diniz Junqueira
Disciplina:	Atualidades no Direito Penal
Núcleo de Pesquisa:	Direito Penal
Dia da semana:	5ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	1º/2025
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O presente projeto a ser desenvolvido no Núcleo de Pesquisa em Direito Penal do curso de Pós-Graduação da PUC/SP visa desenvolver pesquisa na área de Direito Penal, com foco na tutela penal das liberdades. A proposta é abordar temas atuais do Direito Penal, que suscitam especial interesse da doutrina e dos tribunais, com análise crítica do conteúdo, especialmente relacionada à proteção dos Direitos Humanos e o respeito aos vetores de um Estado Democrático de Direito. Serão abordadas questões relacionadas à principiologia penal, bem como teoria da lei, teoria do crime e teoria da pena.

Bibliografia Básica:

MARQUES, Oswaldo Henrique Duek. Fundamentos da Pena. 3ª edição. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2016.

RAGUÉS I VALLÈS, Ramon. La ignorancia deliberada. Madrid: Atelier, 2008.

SILVA SANCHEZ, Jesus-Maria. Contribuições a uma teoria da justiça penal. São Paulo, Tirant lo Blanch, 2023.

SIQUEIRA, Leonardo. BRANDÃO, Cláudio. Culpabilidade e Pena: a Trajetória do Conceito Material da Culpabilidade e Suas Relações com a Medida da Pena. Belo Horizonte: D'Plácido. 2016.

ZAFFARONI, Eugenio Raul, et alli. Derecho Penal, Parte Geral. Buenos Aires: Ediar, 2011.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor(a) Responsável:	Oswaldo Peregrina Rodrigues
Disciplina:	Personalidade e Capacidade Civil da Pessoa Natural
Núcleo de Pesquisa:	Direito Civil
Dia da semana:	5ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	1º/2025
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Ao nascer com vida a pessoa natural adquire personalidade civil que lhe concede a posição de sujeito para ser titular de direitos e assumir deveres jurídicos, garantida, contudo, a proteção legal aos direitos do nascituro, desde sua concepção. Essa personalidade jurídica, a princípio, está limitada à capacidade de direito, ante a incapacidade de exercício, uma vez que, em regra, a plena capacidade civil só é alcançada aos 18 anos de idade, ressalvada eventual emancipação, voluntária, judicial ou legal. Essas as determinações contidas no Código Civil (Lei Federal n. 10.406/2002). A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei Federal n. 13.146/2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência -), por seu art. 114, deu novas redações aos arts. 3º e 4º do Código Civil, revogando, ainda, todos os incisos do mencionado art. 3º, impondo a absoluta incapacidade civil somente pelo fator etário (menor de 16 anos). Mas, não é só; esse Estatuto trouxe outra roupagem à curatela, criando também a "tomada de decisão apoiada", institutos esses umbilicalmente ligados à relativa incapacidade civil; e mais, o processo de interdição ou de curatela está com novas disciplinas editadas pelo Código de Processo Civil (Lei Federal n. 13.105/2015). Assim sendo, com o escopo de assegurar a dignidade da pessoa humana em seus relacionamentos jurídicos, implementando sua plena cidadania, há que se fazer uma nova leitura, uma releitura, verdadeiro novo estudo do instituto da personalidade e da capacidade civil, com interpretação conjunta e sistemática das sobreditas normas legais em vigência, com o fito de assegurar a efetividade dos direitos, deveres, liberdades e autonomias privada e da vontade da pessoa natural, como sujeito de relação jurídica de direito material, em suas diversas e variadas searas. Esse estudo será complementado com a interpretação das regras contidas no Anteprojeto de Reforma do Código Civil de 2002, com o fito de aferir sua disciplina nos sobreditos temas de regência.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Bibliografia Básica:

ASCENSÃO, José de Oliveira. Direito Civil: Teoria Geral, vol. 1. 3^a ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

CARVALHO, Francisco Pereira de Bulhões. Incapacidade civil e restrições de direito. Tomos I e II. Rio de Janeiro: Borsoi, 1957.

CUPIS, Adriano de. Os direitos da personalidade. 2^a ed. Tradutor: Afonso Celso Furtado Rezende. São Paulo: Quorum, 2008.

RÁO, Vicente. O direito e a vida dos direitos. 6^a ed. anotada e atual. por Ovídio Rocha Barros Sandoval. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

RODRIGUES, Oswaldo Peregrina; NANNI, Giovanni Ettore (Coords.). A capacidade civil da pessoa natural. São Paulo: Editora Iasp, 2020.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor(a) Responsável:	Patrícia Miranda Pizzol
Disciplina:	Tutela Coletiva: o processo coletivo e os instrumentos de padronização das decisões judiciais
Núcleo de Pesquisa:	Direitos Difusos e Coletivos
Dia da semana:	5ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	1º/2025
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A presente disciplina se destina ao exame da tutela coletiva, abrangendo o processo coletivo e os instrumentos de padronização das decisões judiciais, com destaque para o incidente de resolução de demandas repetitivas e os recursos repetitivos. O processo coletivo será estudado a partir do microssistema composto, especialmente, pela LACP, pelo CDC e por outros diplomas legais relativos à tutela coletiva, além dos projetos de lei voltados à alteração da legislação relativa às ações coletivas. Os instrumentos de padronização das decisões judiciais serão examinados no contexto do CPC/2015, que valoriza a uniformização da jurisprudência e cria um sistema de provimentos vinculantes. Assim, quanto ao processo coletivo, serão abordados temas como legitimidade; conciliação, mediação e arbitragem no processo coletivo; ônus da prova e sua inversão; tutela provisória; competência, conexão e litispendência; coisa julgada e a questão prejudicial; liquidação e execução. No que tange aos instrumentos de padronização das decisões, serão analisados o incidente de resolução de demandas repetitivas; a técnica de julgamento dos recursos repetitivos; o incidente de assunção de competência; os precedentes vinculantes e sua (in)constitucionalidade; a relação entre as técnicas de julgamento de casos repetitivos e as ações coletivas, entre outros.

Bibliografia Básica:

GRINOVER, Ada Pellegrini; et al. Código brasileiro de defesa do consumidor: comentado pelos autores do anteprojeto. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. Ação Civil Pública: em defesa do meio ambiente, do patrimônio cultural e dos consumidores. 15. ed. São Paulo: RT, 2019.

_____. Incidente de resolução de demandas repetitivas: a luta contra a dispersão jurisprudencial excessiva, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. Código de Processo Civil comentado. 21. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2023.

_____. Constituição Federal comentada e legislação constitucional. 8. ed. em e-book baseada na 6. ed. impressa. São Paulo: RT, 2022.

PIZZOL, Patricia Miranda. _____. Tutela coletiva: processo coletivo e técnicas de padronização das decisões. São Paulo: RT, 2019.

SHIMURA Sérgio Seiji. Tutela Coletiva e sua Efetividade. São Paulo: Método, 2006.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor(a) Responsável:	Paulo de Barros Carvalho
Disciplina:	Ordenamento Jurídico e Sistema
Núcleo de Pesquisa:	Obrigatória para todos os alunos do Doutorado em Direito
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	18h00 às 23h00
Semestre:	1º/2025
Crédito correspondente:	05
Carga Horária:	450 horas
Nível:	Doutorado

Ementa:

A forma superior de sistema poderá ser identificada sempre que se observe conjunto de objetos reunidos e organizados segundo referência unitária. Por isso, estudar um sistema qualquer exige a compreensão dos seus elementos, bem como as relações que esses mantenham entre si. Para estudar o sistema de direito positivo será utilizado modelo para análise das normas jurídicas, construído a partir de categorias da teoria geral do direito e potencializado por instrumentos teóricos da filosofia da linguagem e da semiótica. Já o estudo das relações que as normas mantêm entre si, será feito com vista à percepção dos efeitos normativos que projetam. Desta forma, a validade das normas jurídicas, as antinomias, as regras de superação de antinomias, além das técnicas de argumentação, utilizadas na solução de conflitos, serão abordadas como temas decorrentes da especial forma de relação que as normas mantêm entre si no interior do sistema.

Bibliografia Basica:

- CARVALHO, Paulo de Barros. Direito Tributário Linguagem e Método. 7.ed. São Paulo: Noeses, 2018.
- CARVALHO, Paulo de Barros. Derivação e Positivização no Direito Tributário. 2ª.ed. São Paulo: Noeses, 2014.
- ECHAVE, Urquiyo e Guiboug. Lógica, proposición y norma. Buenos Aires: Astrera, 1986.
- GUASTINI, Riccardo. Das fontes às normas. São Paulo: Quartier Latin, 2005.
- VILANOVA, Lourival. Estruturas Lógicas e Sistema do direito positivo. 3ª.ed. São Paulo: Noeses, 2005.

Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?

Apenas para os alunos do Doutorado em Direito.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor(a) Responsável:	Paulo de Barros Carvalho
Professor(a) Convidado(a):	Lucas Galvão de Britto
Disciplina:	Filosofia do Direito I: Lógica deôntico-jurídica
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2025
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O objetivo deste curso é instigar o acadêmico a conhecer as categorias da Lógica Jurídica e da Análise do Discurso, a partir de modelos consagrados na Teoria Geral do Direito e na Filosofia, com supedâneo nas modernas pesquisas sobre a linguagem e interpretação de textos.

Bibliografia Básica:

- CARVALHO, Paulo de Barros. (Coord.) et BRITTO, Lucas Galvão (Org.). Lógica e Direito. São Paulo: Noeses, 2016
- CARVALHO, Paulo de Barros. Direito Tributário, Linguagem e Método. São Paulo: Noeses, 2019.
- ECHAVE, Delia Tereza; URQUIJO, Maria Eugenia; GUIBOURG, Ricardo. Lógica proposición y norma. Buenos Aires: Astrea, 1991
- MORTARI, Introdução à Lógica. São Paulo: UNESP, 2001
- VILANOVA, Lourival. Estruturas lógicas e o sistema de direito positivo. São Paulo: Noeses, 2005.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor(a) Responsável:	Paulo Marcos Rodrigues Brancher
Disciplina:	Inovação Tecnológica, Concorrência e Propriedade Intelectual
Núcleo de Pesquisa:	Direito Comercial
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2025
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O curso aborda os fundamentos do direito da propriedade intelectual e sua intersecção com o direito da concorrência. Também tem por objetivo analisar, por meio de casos envolvendo especialmente as indústrias de tecnologia e do entretenimento, os efeitos decorrentes da criação de plataformas digitais, a regulação de direitos autorais em ambientes digitais e os impactos à concorrência em mercados de dois lados, passando pela discussão de temas como o abuso de poder econômico e o abuso de direito de propriedade intelectual no contexto da inovação tecnológica. Haverá leitura predominante de textos no idioma inglês.

Bibliografia Básica:

- BRANCHER, Paulo. Direito da concorrência e propriedade intelectual: da inovação tecnológica ao abuso de poder. São Paulo, Singular, 2010.
- FISHER, William. Theories of Intellectual Property. Originally published in Stephen Munzer, ed., New Essays in the Legal and Political Theory of Property (Cambridge University Press, 2001)
- PICKER, Randal C. Investigation into the State of Competition in the Digital Market Place. Prepared Statement before the U.S. House of Representatives - Committee on the Judiciary - Subcommittee on Antitrust, Commercial and Administrative Law. 11 May 2020. Disponível em: <<https://picker.uchicago.edu/PickerHouseStatement.100.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2024.
- VIEIRA, Alexandre Pires. Direito Autoral na Sociedade Digital. 2ª ed. São Paulo : Montecristo Editora, 2018.
- WU, Tim. Impérios da Comunicação: Do telefone à internet, da AT&T ao Google. trad. Claudio Carina. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor(a) Responsável:	Paulo Sérgio João
Disciplina:	Novas Dimensões nas Relações Individuais e Coletivas de Trabalho e a Efetividade dos Direitos Fundamentais
Núcleo de Pesquisa:	Direito do Trabalho
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2025
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Desde a Reforma Trabalhista, introduzida pela Lei nº 13.467/2017, tem exigido do pesquisador avaliação de conteúdo científico para rever quais serão efetivamente os efeitos culturais e práticos sofridos no âmbito das relações trabalhistas tanto individual como coletiva e em que medida novos parâmetros conceituais poderão ser conduzidos pela comunidade acadêmica com a finalidade de perceber outros campos das relações jurídicas trabalhistas até então não assumidos. Neste sentido, o curso proposto, com vistas na linha de pesquisa do Programa de Pós-Graduação, na efetividade do direito, pretende analisar a preservação da efetividade dos direitos fundamentais diante das novas normas a partir de novos modelos de reconhecimento do agrupamento coletivo e de organização sindical e a dinâmica da prevalência do negociado sobre o legislado.

Bibliografia Básica:

- JOÃO, Paulo Sergio. Participação nos lucros ou resultados das empresas. São Paulo: Dialética, 1998.
- DELGADO, Mauricio Godinho. Curso de Direito do Trabalho, 14ª edição, São Paulo, LTr, 2015.
- MANUS, Pedro Paulo Teixeira. Negociação coletiva e contrato individual de trabalho. Direito Coletivo do Trabalho. São Paulo. Ed. Atlas. 2001
- MELO, Raimundo Simão de. Dissídio Coletivo do Trabalho. São Paulo: LTr.
- NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Compêndio de Direito Sindical. 4ª ed. São Paulo: LTr, 2005.
- RAMALHO, Maria do Rosário Palma. Direito do Trabalho Parte I - Dogmática Geral. Coimbra: Almedina.



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo **PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

SUPIOT, Alain. Au-delà de l'emploi. Paris: Flammarion, 1999, 321 págs.;
Homo juridicus. Paris,
Seuil, 2005, 329 págs. São Paulo: Martins Fontes, 2007



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor(a) Responsável:	Paulo Sérgio Feuz
Disciplina:	Arbitragem e outras Modalidades de Julgamento no Esporte
Núcleo de Pesquisa:	Direito Desportivo
Dia da semana:	6ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	1º/2025
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A disciplina estudará o Sistema de legal do Desporto, e as suas especificidades de julgamento, em especial o Sistema Arbitral Internacional, Arbitragem no Brasil, Justiça Desportiva e as *Dispute Boards* e os efetivos cumprimentos das Decisões.

Bibliografia Básica:

Araújo, Luiz Alberto David: Nunes Júnior, Vidal Serrano, Curso de Direito Constitucional, Saraiva;

Feuz, Paulo Sérgio, Direitos do Consumidor nos Contratos de Turismo, Edipro;

Melo Filho, Álvaro, Nova Lei Pelé: Avanços em Impactos- Editora Maquinária;

Melo Filho, Álvaro, Desporto: Na ordem Jurídico Constitucional Brasileira, Editora Malheiros;

Melo Filho, Álvaro, Desporto na Nova Constituição, Editora SAFE - Sérgio Antônio Fabbris.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor(a) Responsável:	Pedro Estevam Alves Pinto Serrano
Disciplina:	Teoria Geral do Direito - Teoria da Decisão Jurídica
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	4 ^a feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2025
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A matéria tratará da Teoria da Decisão Jurídica, tratando do ponto de vista sobre o tema, inclusive a aceitação da possibilidade de teoriza-lo, indo dos positivismo excludente e includente anglo-saxões, positivismo normativista e o crítico europeus, teorias avaliativas discursivas-procedimentalistas e interpretativistas, teoria crítica, teoria hermenêutica-crítica, decisão judicial e medidas de exceção.

Bibliografia Básica:

KELSEN, Hans. Teoria Pura do Direito, Editora Martins Fontes, SP 2006.

HART, Herbert, O Conceito de Direito, Editora Martins Fontes, SP 2009

Inclusive Legal Positivism, Wilfred Waluchow, Clarendon Press Oxford

Izquierda y Derecho, Duncan Kennedy, Siglo Veintuno Editores

Serrano, Pedro Estevam. Autoritarismo e Golpes na América Latina - Breve Ensaio sobre Jurisdição e Exceção, ed. Alameda.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor(a) Responsável:	Renato Lopes Becho
Professor(a) Convidado(a):	Cassio Scarpinella Bueno e Cláudio de Abreu
Disciplina:	Reforma tributária: direito material e processual
Núcleo de Pesquisa:	Direito Constitucional e Processual Tributário
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2025
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A disciplina abordará o ambiente de reforma da tributação brasileira, tanto do direito material quanto do direito processual tributário, a partir das perspectivas da Escola de Direito Tributário da PUC/SP, mais voltada à valorização dos grandes princípios constitucionais tributários, na linha científica do mestre GERALDO ATALIBA. Serão abordadas, dentre outros temas, a Emenda Constitucional n. 132/2023 e seus projetos de regulamentação; a lei de transação tributária; a lei de mediação tributária; e, os projetos de nova lei de execução fiscal.

Bibliografia Básica:

- BECHO, Renato Lopes. Filosofia do Direito Tributário. São Paulo: Saraiva, 2009;
- BECHO, Renato Lopes. Execução fiscal: análise crítica. São Paulo: Noeses, 2018;
- BUENO, Cassio Scarpinella. Curso sistematizado de Direito Processual Civil. Vols. 1 a 3. 13. e 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2024;
- BUENO, Cassio Scarpinella. Manual do Poder Público em juízo. São Paulo: Saraiva, 2022;
- CARRAZZA, Roque Antonio. Curso de Direito Constitucional Tributário. São Paulo: Malheiros Editores/Juspodivm, 35ª ed., 2024.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor(a) Responsável:	Renato Lopes Becho
Professor(a) Convidado(a):	Luiza Nagib
Disciplina:	Reforma da Tributação do Consumo (EC n. 132/2023)
Núcleo de Pesquisa:	Direito Constitucional e Processual Tributário
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	1º/2025
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A disciplina abordará a reforma da tributação do consumo, levada a efeito pela Emenda Constitucional n. 132/2023, bem como das propostas legislativas de regulamentação apresentadas e, eventualmente, aprovadas pelo Congresso Nacional. O enfoque será a partir das perspectivas da Escola de Direito Tributário da PUC/SP, mais voltada à valorização dos grandes princípios constitucionais tributários, na linha científica do saudoso mestre GERALDO ATALIBA.

Bibliografia Básica:

- ATALIBA, Geraldo. Hipótese de Incidência Tributária. Diversas edições. São Paulo: Malheiros;
- BECHO, Renato Lopes. Filosofia do Direito Tributário. São Paulo: Saraiva, 2009;
- BECHO, Renato Lopes. Ativismo jurídico em processo tributário: crise, teoria dos precedentes e efeitos do afastamento da estrita legalidade. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021;
- CARRAZZA, Roque Antonio. Curso de Direito Constitucional Tributário. São Paulo: Malheiros Editores/Juspodivm, 35ª ed., 2024;
- GAETA, Flávia Holanda (Coord.). Comentários à EC 132/2023: reforma tributária. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2024.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor(a) Responsável:	Ricardo Hasson Sayeg
Professor(a) Convidado(a):	Wagner Balera
Disciplina:	Ordenamento Jurídico e Sistema
Núcleo de Pesquisa:	Obrigatória para todos os alunos do Doutorado em Direito
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	18h00 às 23h00
Semestre:	1º/2025
Crédito correspondente:	05
Carga Horária:	450 horas
Nível:	Doutorado

Ementa:

Altos estudos em nível de Doutorado do Ordenamento Jurídico e Sistemas à Luz da razão pura expressa pelas leis da física mecânica e quântica ajustadas pelos princípios deontológicos da proporcionalidade da dignidade, para a análise profunda da consubstancialidade entre o Direito Positivo, Direitos Humanos e Direito Realidade, constitutiva da singularidade da plenitude da Ordem Jurídica.

Bibliografia Basica:

SAYEG, Ricardo e BALERA, Wagner. Fator CapH. São Paulo: Max Limonad, 2019. TELLES

GUERRA FILHO, Willis Santiago. Teoria da Ciência Jurídica. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

IHERING, Rudolf von. A Luta pelo Direito. São Paulo: Pilares, 2009.

MARQUES, Claudia Lima e MIRAGEM, Bruno. Diálogo das Fontes - Novos Estudos. São Paulo: RT 2020.

SAYEG, Ricardo, BALERA, Wagner e GUERRA FILHO, Willis - Odisseia do Direito Quântico. São Paulo: Max Limonade, 2023.

Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?

Apenas para os alunos do Doutorado em Direito.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor(a) Responsável:	Ricardo Hasson Sayeg
Disciplina:	Filosofia do Direito I - Direito Quântico
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	6ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	1º/2025
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Estudos em nível de Mestrado da Teoria Geral do Direito Quântico conforme os princípios deontológicos da proporcionalidade e da dignidade, para a análise da consubstancialidade entre o Direito Positivo, Direitos Humanos e Direito Realidade, construtiva da singularidade da plenitude da Ordem Jurídica.

Bibliografia Básica:

- SAYEG, Ricardo e BALERA, Wagner. Fator CapH. São Paulo: Max Limonad, 2019.
- GUERRA FILHO, Willis Santiago. Teoria da Ciência Jurídica. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- IHERING, Rudolf von. A Luta pelo Direito. São Paulo: Pilares, 2009.
- MARQUES, Claudia Lima e MIRAGEM, Bruno. Diálogo das Fontes - Novos Estudos. São Paulo: RT 2020.
- SAYEG, Ricardo, BALERA, Wagner e GUERRA FILHO, Willis - Odisseia do Direito Quântico. São Paulo: Max Limonade, 2023



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor(a) Responsável: Robson Maia Lins
Disciplina: Direito Tributário Sancionatório e o Constructivismo Lógico-Semântico
Núcleo de Pesquisa: Direito Tributário
Dia da semana: 5ª feira
Horário: 19h00 às 23h00
Semestre: 1º/2025
Créditos correspondentes: 04
Carga horária: 360 horas
Nível: Mestrado

Ementa:

1. Categorias Fundamentais do Constructivismo Lógico-Semântico ligadas ao Direito Tributário Sancionatório. 2. Contextualizando os conceitos de sanção utilizados pela doutrina tradicional - Abordagem histórico-semântica. 3. Infração e sanção tributárias e a estrutura das normas sancionatórias. 4. Os princípios Constitucionais e as Sanções Tributárias. 5. Crimes Contra a Ordem Tributária: aproximações entre o Direito Penal Tributário e o Direito Tributário Sancionatório. 6. Causas de agravamento e qualificação das multas tributárias e o art. 136 do Código Tributário Nacional. 7. Regra-matriz das multas tributárias I: antecedente (critérios material, espacial e temporal). 8. Regra-matriz das multas tributárias II: consequente (base de cálculo e alíquota). 9. Regra-matriz das multas tributárias III: consequente (a sujeição passiva). 10. Multas tributárias no planejamento tributário. 11. A prova do fato ilícito e aplicação da sanção tributária.

Bibliografia Básica:

CARRAZZA, Roque Antonio. Curso de Direito Constitucional Tributário. 35ª ed. São Paulo: Malheiros, 2024.

CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de Direito Tributário. 33ª ed. São Paulo: Noeses, 2023.

LINS, Robson Maia (coord.). Direito Tributário Sancionatório. São Paulo: Noeses, 2021.

PAULINO, Maria Ângela Lopes. As Sanções no Direito Tributário. São Paulo: Noeses, 2015.

XAVIER, ALBERTO. Os Princípios da Legalidade e da Tipicidade da Tributação. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1978.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor(a) Responsável:	Rogério José Ferraz Donnini
Professores Convidados:	Rosa Maria Barreto Borriello de Andrade Nery e Mairan Gonçalves Maia Junior
Disciplina:	A Proposta de Reforma do Código Civil e seus Reflexos no Exercício da Autonomia Privada, nas Relações e Situações Jurídicas Existenciais e Patrimoniais
Núcleo de Pesquisa:	Direito Civil
Dia da semana:	5ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2025
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O estudo das propostas de reforma do Código Civil à luz do exercício da autonomia privada é indispensável na atual quadra, considerando as substanciais alterações propostas e seus reflexos nos direitos da personalidade, nos negócios jurídicos, na responsabilidade civil e na família e sucessões. As relações negociais na contemporaneidade revestem-se de características e peculiaridades que tornam necessária a rediscussão de questões referentes à forma ou modo de seu exercício, à fixação de seus efeitos e responsabilidades, em especial nos contratos e à revisão de novas áreas de atuação da autonomia privada. Justifica-se, portanto, a reanálise de pontos essenciais da Teoria Geral do Direito Privado, potencialmente impactados pelos novos modelos de regras jurídicas propostos, em especial no âmbito da responsabilidade civil. Igualmente, em decorrência da falta de sintonia entre as regras de sucessão e as realidades vivenciadas pelas famílias brasileiras, crescem em relevância os negócios jurídicos celebrados com eficácia post mortem ou transmitem, sejam intervivos ou mortis causam, notadamente em função de pactos sucessórios e antenupciais.

Bibliografia Básica:

DONNINI, Rogério. Responsabilidade civil na pós-modernidade - Felicidade, Proteção, Enriquecimento com Causa e Tempo Perdido. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2015.

LARENZ, Karl. Metodologia da ciência do direito, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 3 ed., 1997, trad. de José Lamego.



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo **PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

MAIA JR. Mairan Gonçalves. Sucessão legítima, 2^a. Ed. São Paulo: Thomson Reuters/Revista dos Tribunais, 2020.

NERY, Rosa Maria B.B.A. e NERY JR., Nelson. Instituições de Direito Civil, 3^a. Ed., vol. 4. São Paulo: Thomson Reuters / Revista dos Tribunais, 2022.

CAPOZZI, GUIDO. SUCESSIONI E DONAZIONI. 5^o. Ed. Tomo I e II. Milano: Giuffrè Ed., 2023.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor(a) Responsável:	Roque Antônio Carrazza
Disciplina:	Tributos em Espécie
Núcleo de Pesquisa:	Direito Constitucional e Processual Tributário
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2025
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O Curso desenvolverá estudos avançados da disciplina, especialmente sobre os tributos em espécie (Imposto sobre a Renda, IPI, ICMS, IPTU, ISS etc.), a Reforma Constitucional da Tributação sobre o consumo (EC 132/23) e o projeto, ora em discussão no Congresso Nacional, de Código de Defesa do Contribuinte. Os temas serão analisados sob a óptica da Escola de Direito Tributário da PUC/SP, mais voltada à valorização dos grandes princípios constitucionais tributários. Isto dará aos alunos a oportunidade de conhecer a linha científica do saudoso mestre GERALDO ATALIBA e, eventualmente, de adotá-la, sem prejuízo de outras, por igual modo respeitáveis.

Bibliografia Básica:

- 1 - Roque Antonio Carrazza - Curso de Direito Constitucional Tributário (Malheiros Editores/Juspodivm, São Paulo, 35ª ed., 2024)
- 2 - Paulo de Barros Carvalho - Curso de Direito Tributário (Noeses, São Paulo, 33º ed., 2023).
- 3 - Geraldo Ataliba - Hipótese de Incidência Tributária (Malheiros Editores, São Paulo, 6ª edição, 9ª tiragem, 2008)
- 4 - Aliomar Baleeiro - Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar (atualizada por Misabel de Abreu Machado Derzi, Forense, Rio de Janeiro, 8ª edição, 2010).
- 5 - Renato Lopes Becho - Lições de Direito Tributário (Editora Saraiva, São Paulo, 3ª edição, 2015).



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor(a) Responsável:	Tércio Sampaio Ferraz Júnior
Disciplina:	Ordenamento Jurídico e Sistema
Núcleo de Pesquisa:	Obrigatória para todos os alunos do Doutorado em Direito
Dia da semana:	5ª feira
Horário:	07h30 às 12h30
Semestre:	1º/2025
Crédito correspondente:	05
Carga Horária:	450 horas
Nível:	Doutorado

Ementa:

Em sede de teoria geral do direito, a positivação do direito, ocorrida no século XIX, gerou, no século XX, um conceito de ordenamento visto como sistema. Mesmo a admissão de direitos fundamentais engendrou uma forte concepção sistemática de estrutura hierárquica de normas. O conceito positivado do direito como um sistema de regras sofreu, porém, uma série de perturbações em face do fenômeno da globalização. Argumenta-se que a positivação de princípios que refletem uma determinada moralidade política da comunidade exige do aplicador do direito não somente um exercício de subsunção de casos a regras ou o recurso à discricionariedade (nos casos de indeterminação), mas uma atividade argumentativa diversificada. Na virada do século XX, ganhou peso uma concepção do direito como uma prática interpretativa e argumentativa, na qual o ordenamento se constrói a partir de uma apreciação e oposição de argumentos sobre aspectos (relevantes) de casos concretos. O curso pretende indagar das conseqüências dessa transformação para a sistematicidade das regras jurídicas; em particular, em vista da estabilidade do corpo de regras e mesmo para a possibilidade de pensá-lo como um sistema escalonado de elementos normativos. O tema da relevância, em sede pragmática, aponta para uma pluralidade estrutural a ser enfrentada sob o prisma de sua possível racionalidade. O curso pretende, assim, discutir a idéia do ordenamento como um sistema normativo, ainda que instável e constantemente sujeito à perturbação pela atividade de interpretação argumentativa, com base em casos concretos.

Bibliografia Basica:

BOBBIO, Norberto. Teoria do Ordenamento Jurídico. Edipro



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

PUC-SP

- AGAMBEN, Giorgio. Estado de exceção. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2004
- DELMAS-MARTY - Por um direito comum, Martins Fontes, São Paulo, 2004
- GUNTHER TEUBNER - Fragmentos Constitucionais, Saraiva, São Paulo, 2016
- FERRAJOLLI, Luigi. "Constitucionalismo principialista y constitucionalismo garantista", in: Un debate sobre el constitucionalismo. 1ª ed. Madrid: Marcial Pons, 2012.

Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?

Apenas para os alunos do Doutorado em Direito.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor(a) Responsável:	Wagner Balera
Professor(a) Convidado(a):	Thiago Lopes Matsushita
Disciplina:	Efetividade dos Direitos Humanos Econômicos e Sociais na perspectiva da Globalização
Núcleo de Pesquisa:	Direitos Humanos
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	07h30 às 12h30
Semestre:	1º/2025
Créditos correspondentes:	05
Carga horária:	450 horas
Nível:	Doutorado

Ementa:

Os Direitos Humanos, sob a perspectiva do Pacto dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, correspondem à proposta de globalização mais abrangente no presente momento histórico. Serão analisados a partir da perspectiva da regra matriz da ordem econômica e dos padrões conceituais do Direito Quantico e do Desenvolvimento Sustentável.

Bibliografia Básica:

BALERA, Wagner. Comentários à Declaração Universal dos Direitos Humanos. São Paulo: Amazon. 2018.

_____. Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento Anotada. Curitiba: Juruá. 2ª edição. 2018.

_____. SAYEG, Ricardo e GUERRA, Willis. S. Odisseia do Direito Quantico. São Paulo: Max Limonad. 2023.

_____. e Da SILVA, Roberta S. Organizadores. Comentários aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. São Paulo: Verbatim. 2018

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras. Trad. Laura T. Mota. 2000.

MATSUSHITA, Thiago Lopes. A regra-matriz de incidência e a regramatriz da ordem econômica brasileira. In: XII Congresso Iberoamericano de Derecho Constitucional, 2016, Bogotá. Libro de Memorias, 2015. v. 1. p. 981-998.

Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?

Apenas para os alunos do Doutorado em Direito.